



Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

IZABELA FERREIRA E SILVA

**INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL:
Abrigo institucional para crianças de 0 a 6 anos de idade**

Monografia apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial
para conclusão da disciplina Trabalho de
Conclusão de Curso I

Orientador: Prof. Dr. Frederico Braidá

Juiz de Fora
Julho/ 2017

Dedico este trabalho à todas as crianças, que me inspiram a ser uma pessoa melhor todos os dias e fazem renascer a esperança de um mundo mais cheio de amor e paz.

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a minha família pelo suporte e amor incondicional em todos os momentos da minha vida. Aos meus pais, o meu mais sincero obrigada por se desdobrarem em mil para que eu pudesse estar onde estou hoje, por entenderem muitas vezes minha ausência nas festas de família e datas especiais, por compartilharem das minhas alegrias e vibrarem com cada conquista minha. Vitor, não tenho palavras para descrever o quanto sua amizade e companheirismo foram essenciais para mim. Cada passo dessa caminhada devo a vocês.

Agradeço também ao meu namorado Vinícius, que mesmo distante sempre me deu apoio e força para vencer os obstáculos. Obrigada pela compreensão, paciência e carinho comigo sempre. A minha amiga irmã, eterna parceira e dupla, Ashiley, pelos infinitos trabalhos feitos juntas, pelas risadas, lágrimas, jantares, saudades de casa e cada cerveja ao longo desses cinco anos. As minhas companheiras de casa e de vida Mariane e Letícia por todos os momentos juntas. E também a todos os amigos que a vida, a faculdade e Juiz de Fora me deram de presentes. Ao Sr. Jack e Sra. Weiser por estarem sempre comigo nos momentos de angústia e desespero, me acalmando e dando energia para sempre seguir em frente. Obrigada pelos melhores anos da minha vida!

A todos os meus professores da UFJF, por todo aprendizado, apoio, competência, paciência e carinho. Mais que uma relação de professor-aluna, criei amigos que levarei para a vida. Em especial, ao meu orientador, Frederico Braidá, por toda parceria sempre, desde os primeiros períodos da faculdade, sempre me apresentando oportunidades incríveis. Agradeço também a todos que, mesmo que indiretamente, agregaram conhecimento e experiências para minha vida acadêmica e profissional.

Por fim, agradeço infinitamente a Deus pela vida e proteção durante toda trajetória.

“Todas as pessoas grandes foram um dia
crianças, mas poucas se lembram disso”

O PEQUENO PRÍNCIPE.

Resumo

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), toda criança e/ou adolescente que tem seus direitos ameaçados ou violados devido ao abandono, negligência dos responsáveis, abuso, mau trato ou em virtude de sua própria conduta está em situação de vulnerabilidade social. Afim de assegurar condições ao pleno desenvolvimento físico, social e psicológico destas crianças, são previstas, pelo ECA, as unidades de acolhimento institucional, que garantem acesso à moradia, saúde e educação, alimentação. O presente trabalho objetiva compreender quais são os tipos de instituições de acolhimento existentes, legislação vigente e perfil das crianças e adolescentes institucionalizados, afim de traçar diretrizes projetuais que auxiliem na elaboração de ambientes adequados ao pleno desenvolvimento. Para compreensão e categorização dos tipos de instituições de acolhimento, foi realizada uma revisão bibliográfica, através das plataformas CAPES, SCIELO e google acadêmico, por meio das palavras-chave: abrigo institucional, criança, adolescentes, acolhimento e abandono. Também foram realizados quatro estudos de caso, sendo dois a respeito de abrigos de permanência continuada, uma creche, e um último retratando um berçário. Os estudos foram apresentados para melhor entendimento do funcionamento das instituições, programa de necessidades atendido por cada uma, assim como suas particularidades. A partir das referências encontradas e estudos de caso realizados, nota-se a relevância e influência dos estimulantes ambientais para o desenvolvimento das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Conclui-se que a maioria das instituições são instaladas em edificações adaptadas ao uso, prejudicando a eficiência destes ambientes, maximizando os efeitos que a institucionalização prolongada pode causar nos indivíduos.

Palavras-chave

Abrijo institucional. Crianças. Adolescentes. Acolhimento. Abandono.

Lista de Figuras

Figura 1: Roda dos Exposto e Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia..	11
Figura 2: Linha do tempo dos principais acontecimentos no Brasil relacionados a história das instituições de acolhimento.....	15
Figura 3: Estruturas concêntricas – Bronfenbrenner (Adaptado por ALMEIDA).	18
Figura 4: Distribuição das instituições de acolhimento cadastradas na REDE SAC/Abrigos por região	21
Figura 5: Relação do tempo de permanência das crianças nos abrigos..	22
Figura 6: Localização e planta de situação do abrigo (adaptação da autora).	31
Figura 7: Planta de Implantação (adaptação e tradução da autora)..	33
Figura 8: Setorização vertical (adaptação e tradução da autora)..	34
Figura 9: Centro de bem-estar para crianças e adolescentes de Paris.....	34
Figura 10: Setorização subsolo (adaptação e tradução da autora).	35
Figura 11: Setorização pavimento térreo (adaptação e tradução da autora).	36
Figura 12: Setorização primeiro pavimento (adaptação e tradução da autora).	37
Figura 13: Setorização segundo pavimento (adaptação e tradução da autora)	38
Figura 14: Setorização terceiro pavimento (adaptação e tradução da autora).	39
Figura 15: Setorização quarto pavimento (adaptação e tradução da autora)	40
Figura 16: Setorização quinto pavimento (adaptação e tradução da autora)	41
Figura 17: Localização AMAMOS, Osasco – SP (adaptação da autora)	42
Figura 18: Planta baixa antes do projeto de reforma da instituição AMAMOS, Osasco – SP.	44
Figura 19: Planta de anexo do pavimento térreo do projeto de reforma da instituição AMAMOS, Osasco – SP.	45
Figura 20: Planta de anexo do pavimento superior do projeto de reforma da instituição AMAMOS, Osasco – SP.	45
Figura 21: Malha urbana e localização da nova sede da creche e moradia estudantil, Paris – França.	46
Figura 22: Moradia estudantil e creche, Paris – França.....	46
Figura 23: Setorização horizontal (adaptação e tradução da autora).....	48
Figura 24: Esquema de acesso ao edifício (adaptação e tradução da autora).....	48
Figura 25: Setorização e análise de fluxos primeiro pavimento (adaptação e tradução da autora).....	49
Figura 26: Análise de fluxos segundo pavimento (adaptação e tradução da autora).....	50
Figura 27: Residência estudantil e creche para Paris, França (adaptação da autora)	51
Figura 28: Imagem aérea do entorno imediato do berçário	52
Figura 29: Imagens referentes ao projeto do berçário Primetime, de Marcio Kogan.	54
Figura 30: Setorização pavimento térreo (adaptação e tradução da autora)	55
Figura 31: Setorização primeiro pavimento (adaptação e tradução da autora).	56
Figura 32: Setorização segundo pavimento (adaptação e tradução da autora).....	57
Figura 33: Localização de Itajubá e cidades mais influentes (adaptação da autora)	59
Figura 34: Pirâmide Etária da população de Itajubá, segundo dados do IBGE.....	60
Figura 35: Info gráfico do Índice de Desenvolvimento da Educação básica, Itajubá – MG.....	60

Sumário

Introdução	09
1. Crianças e Instituições	10
1.1. Desenvolvimento Humano	16
1.2. Perfil das crianças institucionalizadas	21
2. Acolhimento Institucional	23
2.1. Abrigo Institucional ou de permanência continuada	26
2.2. Casa Lar	27
2.3. Albergue ou Casa de passagem/acolhida	28
2.4 República.....	29
3. Estudos de Caso	30
3.1. Centro de bem-estar para crianças e adolescentes (Paris, França)	31
3.1.1. O projeto.....	31
3.1.2. Programa de necessidades e infraestrutura	35
3.2. AMAMOS (Osasco, Brasil)	42
3.2.1. O projeto.....	43
3.3. Residência Estudantil e creche (Paris, França)	45
3.3.1. O projeto.....	47
3.4. Berçário Primetime (São Paulo, Brasil)	51
3.4.1. O projeto	52
3.4.2. Programa de necessidades e infraestrutura.....	54
4. Diretrizes Projetuais	58
4.1. Localização.....	58
4.2. Programa de necessidades.....	61
4.3. Concepção	62

Conclusão.....	63
Bibliografia.....	64
Anexos	68

Introdução

As instituições de acolhimento institucional são consideradas equipamentos urbanos de proteção provisória para crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados devido ao abandono, negligência dos responsáveis, abuso, mau trato ou em razão de sua própria conduta. É uma medida que garante assistência às necessidades básicas para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Com o passar dos tempos, essas instituições foram modificando suas condutas, principalmente após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. O termo “abrigo” foi substituído então por “acolhimento”, no intuito de que essas instituições passassem de apenas “assistir” para “acolher/cuidar” das crianças e/ou adolescente em situação de vulnerabilidade social.

A partir da aprovação do ECA e a fim de assegurar o desenvolvimento físico, social, e psicológico, foram criadas várias modalidades de atendimento às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, entre as quais se destaca a medida de abrigamento. Os abrigos consistem em moradias provisórias para crianças e adolescentes de zero a 18 anos, sob medida preventiva¹. Esse tipo de instituição não implica em reclusão, salvaguarda o direito à moradia, educação, lazer, saúde e alimentação, podendo assumir ou não temporariamente o papel da família. O número de acolhidos nas instituições varia em até aproximadamente 20 abrigados, segundo a legislação vigente², proporcionando um ambiente familiar, segurança e apoio, além de responder pela transmissão dos valores de cidadania e convivência em comunidade. Segundo o artigo 101 do ECA, “o abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando na privação de liberdade” (BRASIL, 1990).

¹ Modo de garantia dos direitos e deveres, segundo o ECA.

² ECA e Orientações Técnicas.

1. Crianças e Instituições

Desde a época em que o Brasil era colônia, a relação entre crianças e instituições vem passando por grandes e profundas transformações até os dias de hoje. Entendem-se que qualquer criança ou adolescente que tem seus direitos ameaçados ou violados devido ao abandono, negligência dos responsáveis, abuso, mau trato ou em razão de sua própria conduta, esteja em situação de vulnerabilidade social.

Com a descoberta do Novo Mundo, os portugueses chegaram ao Brasil com a intenção de explorar o novo território e os recursos que este lhes podia oferecer. O confronto direto com nativos resistentes à cultura europeia fez com que diversas estratégias e planos fossem traçados a fim de explorar e povoar as terras brasileiras. Uma das estratégias adotadas foi a vinda da Companhia de Jesus, por volta de 1549, para converter os “gentios” e ensinar crianças e adolescentes a lerem e orarem. Revelando-se a classe mais vulnerável e visto o papel fundamental da infância para formação do caráter e personalidade, os grupos jesuítas passam de uma ordem missionária para uma ordem docente. Logo, com a intenção de não só catequizar, mas sim “arrebatar” todos e quaisquer indivíduos à cerca do novo território português, muitas crianças foram afastadas de suas próprias tribos em prol da “educação” (BAPTISTA, 2010).

A fim de inculcar valores europeus durante a colonização portuguesa, foram criadas entre 1550 e 1553 as Casas de Muchachos, que recebiam, além de nativos, órfãos e enjeitados vindos de Portugal. Essas casas serviam, além da “domesticação” dos nativos, como palco para criação de um “exército de Jesus” (BAPTISTA, 2010), que ajudavam na catequização de outros indígenas e também serviam como intérpretes para os jesuítas. Devido às problemáticas de exploração, miséria, marginalização, entre outras dificuldades de apropriação do modelo europeu, o número de abandono de crianças brancas e mestiças aumentou consideravelmente e a infraestrutura de apoio a essa população não refletia nenhum tipo de cuidado ou preocupação com as mesmas.

Até meados do século XIX, denominada por Marcílio (1998) de Fase Criativa, o atendimento a crianças em situação de vulnerabilidade era emergencial e exclusivamente institucional de cunho religioso e por meio de doações. Além das ações jesuíticas, o acolhimento era realizado também de modo informal em casas de famílias, privilegiando a caridade, e legal pelas Câmaras Municipais e Santas Casas de Misericórdia. As câmaras tinham a responsabilidade da manutenção financeira das instituições – Santas Casas.

Durante os séculos XVI e XVII, ocorreu a implantação de diversos colégios jesuítas nas principais vilas e cidades da época. Somente no século XVIII, em 1734, surge na capital baiana a primeira Roda de Expostos, que mais tarde foi implantada também em diversas outras cidades. As Rodas do Expostos ou Enjeitados, foram as primeiras instituições organizadas de proteção à infância e juventude. Essas instituições, que se instalavam nas Santas Casas de Misericórdia, serviam como palco para abandono de recém-nascidos, de modo a garantir o anonimato dos pais - mantendo assim, muitas vezes, a honra das famílias no caso de gravidez fora dos padrões sociais - e como medida de tentar reduzir o número de infanticídios e abortos induzidos (BRANT DE CARVALHO, 1993). Conforme Baptista (2010), tal atendimento tinha como preocupação a garantia de alimentação e moradia para os abandonados, sem nenhuma preocupação em preservação dos vínculos familiares e possível retorno à família de origem. O último registro de Roda a ser extinto foi em 1951, em São Paulo.



Figura 1: Roda dos Expostos e Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia.

Fonte: Baptista, 2010, p.30.

Apesar da tentativa, as rodas se mostraram um instrumento ineficiente uma vez que a falta de recursos resultava em altas taxas de mortalidade infantil, segundo Marcílio

(1998). Surgem então as Casas dos Expostos, que contava com admissão aberta e não apenas para recém-nascidos, passando a ter caráter temporário.

A Fase Filantrópica (MARCÍLIO, 1998), perdura de meados do século XIX até os anos de 1960 e é marcada, principalmente após a década de 20, pela maior participação do Estado nas ações de acolhimento. Com a aprovação das Leis do ventre Livre e Lei Áurea, 1871 e 1888 respectivamente, e devido ao grande crescimento das cidades brasileiras e conseqüentemente, a exclusão de grandes camadas sociais, o número de crianças abandonadas nas instituições aumentou demasiadamente. O Estado passa então a se ver obrigado a prestar assistência à essa população, porém as medidas tomadas revelaram-se muito mais de cunho inibidor do que assistencialista. As crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, devido à falta de perspectiva de um futuro, eram vistas então como potencial agravante da marginalidade e violência. Logo, as ações políticas eram mais voltadas a inibir a formação de criminosos do que em prol de um bem-estar dos cidadãos e as instituições voltam-se a medidas de reclusão e internação. Surge então, em 1922, no Rio de Janeiro, o primeiro estabelecimento público para crianças e adolescentes abandonados.

Com a crise da bolsa de Nova Iorque, em 1929, que afetou não somente o Brasil, mas o mundo todo, o período de 1920 a 1940 é marcado por profundas transformações, tanto sociais quanto políticas, econômicas e demográficas. Assim sendo, segundo Cólman (2004), o discurso de proteção social ganha visibilidade, principalmente a partir de 1930 (Era Vargas).

Para legitimar o papel do Estado, foi criado em 1927, o primeiro Código de Menores. A legislação responsabilizava a pobreza como principal influente à marginalidade e para resolver os problemas de violência ou “desvios de padrões” faziam uso de internações em prisões e/ou internatos. Segundo Passeti (2000), eram feitas averiguações familiares e desvios de conduta familiar, como pais falecidos, economicamente incapazes do sustento da família, que não possuíssem moradia fixa, entre outras, que serviam de motivos para recolhimento dos menores nas instituições para garantia de seus direitos.

Para averiguação e validação dos conceitos criados pelo código, foi criado, em 1941, o Serviços de Assistência aos Menores (SAM), ligado ao Ministério da Justiça. O SAM orientava a assistência aos menores assistidos pelas instituições de acolhimento. Em 1954, é criado em São Paulo, derivado dos serviços prestados pelo SAM, o Recolhimento Provisório de Menores (RPM), que abrigava também menores infratores.

Essa última fase, é marcada então pelas ações do Estado que tinham objetivo de “educar pelo medo” (SAVI, 2008). As políticas adotadas até então eram punitivas e não tinham qualquer preocupação com o bem-estar dos cidadãos, entendendo que “abriga-los” era uma forma muito mais preventiva à sociedade em geral do que de a reabilitação das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

A partir de 1960, influenciadas pelo novo modelo de conjuntura política (governo Militar) começaram a surgir medidas como a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) e as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (Febem), em 1964, que dão incentivo para a redemocratização da política na década de 70. Nasce então, em 1979, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, marcando o início, como intitulada por Marcílio (1998), da terceira fase assistencialista – Fase do Bem-Estar Social.

Já nos anos 1980, com o fim da ditadura Militar, os movimentos populares em defesa dos direitos de cidadania ganham força. “A reintrodução do multipartidarismo, a reconquista do direito de votar, assim como a maior liberdade para críticas sociais” (SAVI, 2008) fortalecem os debates em defesa da infância e juventude, tanto na esfera municipal quanto federal. São criados a Frente Nacional de Defesa dos direitos da Criança e do Adolescente, campanhas como “Diga não à violência”, “Criança e constituinte” e “Criança - Prioridade Nacional”, o Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FONACRIAD), entre outros (SANTOS, 1992). Com a aprovação da Constituição de 1988, são aprovados também os artigos 227 e 228, que se resumem em normas gerais de proteção à Infância e a Juventude.

Finalmente, em 13 de julho de 1990, foi aprovado o ECA, que abordava três aspectos fundamentais: definir os direitos das crianças e adolescentes, redefinir os deveres do

Estado e da sociedade civil e reorganizar as atribuições e competências do poder público federal, estadual e municipal (SANTOS, 1992). Nele, crianças e adolescentes (compreendidos entre zero e dezoito anos) são concebidos como provedores de direitos tais como a garantia ao desenvolvimento físico, mental, psíquico, moral, espiritual, afetivo e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 1990).

Com a aprovação do ECA, diferentes formas de acolhimento foram instituídas, as quais determinavam que o vínculo familiar deveria ser preservado, salvaguarda em casos particulares onde era necessário o desligamento com a família de origem. Como cita Savi (2008 apud OLIVEIRA NETO, 2007):

Havendo condições de retorno, deve-se trabalhar para isso. Não se deve violar o direito daquela criança de ser criada por uma família. Não havendo essa condição, deve-se encaminhar essa criança para um processo de destituição e uma família substituta.

Nota-se que, com o passar dos tempos, as unidades de acolhimento foram modificando suas condutas. O termo “abrigo” é substituído gradativamente pelo “acolhimento” no intuito de que estas instituições passem de apenas “assistir” para “acolher/cuidar” das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Assim, a partir da aprovação do ECA, as instituições de acolhimento, até os dias de hoje, são consideradas equipamentos de proteção emergencial e provisório para crianças e adolescentes que tenham seus direitos ameaçados ou violados devido ao abandono, negligência dos responsáveis, abuso, mau trato em razão de sua própria conduta.

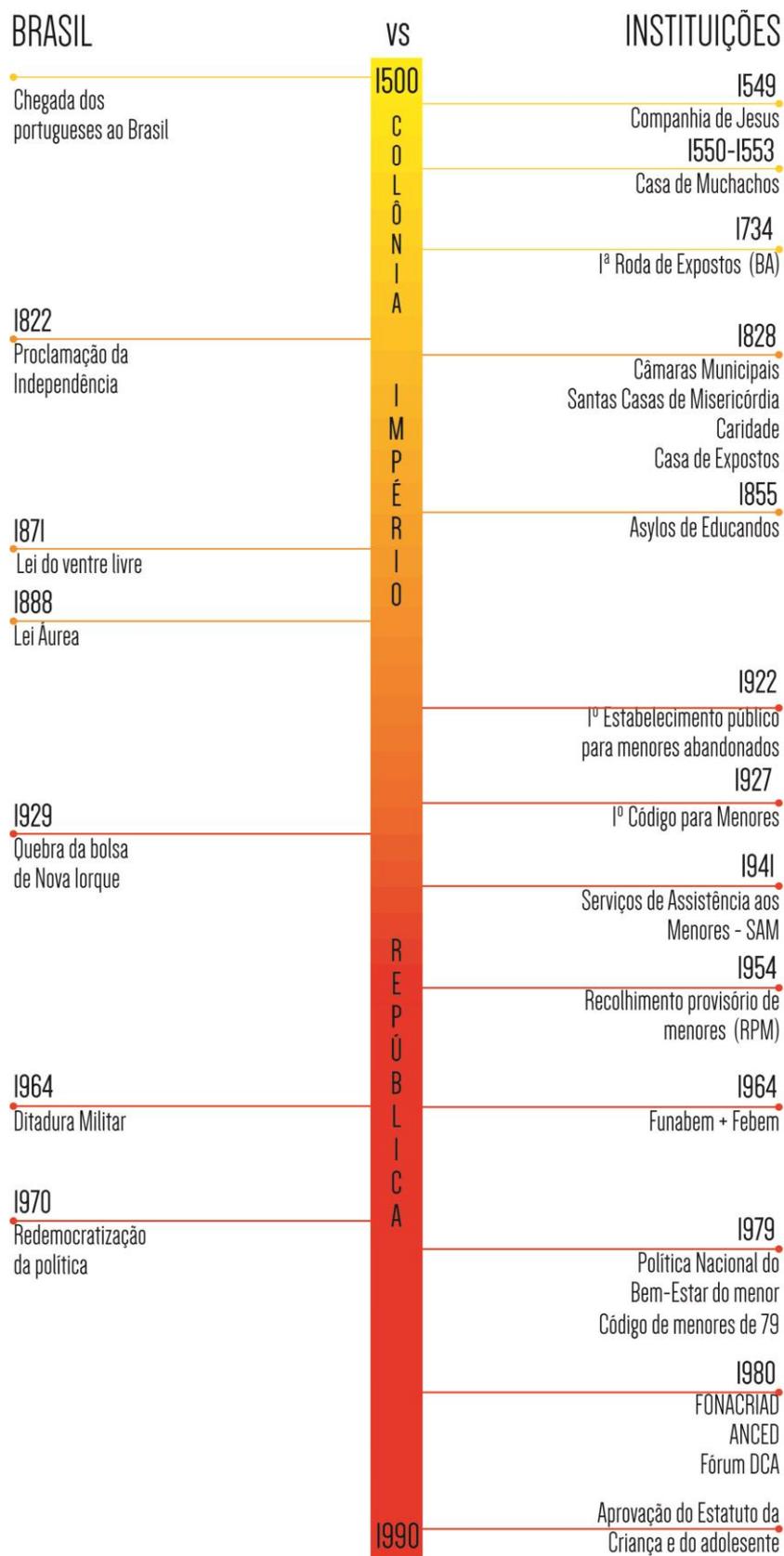


Figura 2: Linha do tempo dos principais acontecimentos no Brasil relacionados a história das instituições de acolhimento.

Fonte: da autora.

1.1. Desenvolvimento Humano

Durante toda a sua vida, o ser humano passa por diversas fases de aprendizagem e maturação, tanto física quanto emocional, social, intelectual e moral. Vários estudos e teorias foram desenvolvidas sobre o desenvolvimento humano a fim de questionar como e por quê o organismo humano cresce e se modifica, independente da cultura ou experiências vividas. Assim como Newcombe, diversos estudiosos, como Freud, Piaget e Bronfenbrenner, entre outros, tentam explicar como tais processos de desenvolvimento se dão, identificando as particularidades de cada um e como o comportamento espacial é influenciado pelo contexto ambiental.

Através de uma revisão bibliográfica foi possível a identificação de algumas teorias à cerca do desenvolvimento humano e ecológico, especialmente entre a faixa etária de 0 a 6 anos de idade. As teorias buscam entender como os padrões universais, as diferenças individuais e as influências contextuais refletem no desenvolvimento de crianças em situação de acolhimento.

Segundo Savi (2008), na teoria apresentada por Newcombe, o desenvolvimento ecológico é constituído por duas determinantes: biológicas e ambientais. As determinantes biológicas são aquelas transmitidas através da genética e difere de criança para criança. Não há ligação direta com o fator ambiental. Já as determinantes ambientais constituem as influências no desenvolvimento por meio dos ambientes físicos e sociais, ou seja, a diferença de desenvolvimento das crianças está relacionada às oportunidades que são oferecidas a elas. O contexto ambiental tem relação direta com a maturação psíquica, social, emocional e moral da criança.

John Watson, em sua Teoria da Aprendizagem, defende que o desenvolvimento infantil é influenciado por estímulos. A criança recebe estímulos a partir dos quais desenvolve suas habilidades para dar respostas (SAVI,2008). Albert Bandura, completa ainda que o ambiente não só gera estímulos, mas também afeta a pessoa que nele está. Segundo Bandura, a pessoa é afetada pelo espaço e tudo que nele se encontra, porém nele é mera absorvedora de conhecimento (BANDURA, 2005). Assim, sua teoria da observação incita que as crianças respondem aos estímulos, mas também aprende por repetição.

Conforme Dongo-Montoya, Jean Piaget, considerado um dos mais importantes pensadores do século XX, defende que o desenvolvimento humano se baseia em dois princípios básicos: organização e adaptação (estruturas mentais). Seus estudos sobre o desenvolvimento cognitivo mostram que os seres humanos passam por uma série de mudanças ordenadas e previsíveis: Teoria Cognitiva. Conforme sua teoria o indivíduo passa por quatro fases em seu crescimento: sensório-motor, pré-operacional, operatória concreta e operatória formal, ou seja, a forma como a criança interage com o ambiente varia de acordo com sua idade e suas experiências (DONGO-MONTOYA, 2009).

Segundo citado por Savi (2008) e Paganotti (2011), Vygotsky, elabora, em sua teoria, o conceito de zona de desenvolvimento proximal: o que a criança aprende sozinha e o que aprende com um adulto, e o que ela pode adquirir intelectualmente quando lhe é dado suporte adequado. Para Vygotsky, assim como o indivíduo transforma o ambiente, o mesmo é transformado pelos estímulos ambientais, sendo o meio cultural constantemente influenciado pelas relações entre os indivíduos que o habitam.

Outra teoria de grande destaque para construção dessa linha de pensamento foi a Teoria biológica de Montessori. Sua teoria explica como a evolução mental acompanha o crescimento biológico. Para Montessori, o indivíduo é tanto sujeito como objeto em seu desenvolvimento. Os espaços devem instigar a independência da criança e estimulá-la em seu desenvolvimento (NUNES, 2011; SAVI, 2008).

Como é passível observar, o desenvolvimento humano é, então, resultado das determinantes físicas e ambientais que rodeiam os indivíduos. Logo, pesquisadores e teorias discordam sobre a estabilidade dos comportamentos humanos, uma vez que mesmo expostas a uma mesma realidade, as crianças podem expressar as mesmas características de formas diferentes.

Assim, não só como Savi (2008) também cita em sua dissertação, mas também como diversos outros autores, a Teoria do Desenvolvimento Ecológico – Bronfenbrenner, 1979, busca achar um meio de equilíbrio entre homem e ambiente. A teoria ressalta que as particularidades vividas por cada um reforçam seu diferencial e não seu déficit. Segundo Bronfenbrenner, “diferentes tipos de ambientes dão origem a padrões distintos de papéis,

atividades e relações para as pessoas que se tornam participantes nestes ambientes”. Assim, sua teoria defende que a pessoa é tanto ativa como passiva em seu contexto ambiental, uma vez que interage com ele, altera-o e se deixa alterar (SAVI, 2008).

A teoria de Bronfenbrenner, considera que as relações pessoais são baseadas em 3 princípios: reciprocidade, equilíbrio de poder e relações de afeto. Assim, o contexto ambiental é composto tanto por sua dimensão física quanto cultural. Para ele, o ambiente se configura em estruturas concêntricas interconectadas, que recebem influencias internas e externas a todo momento.

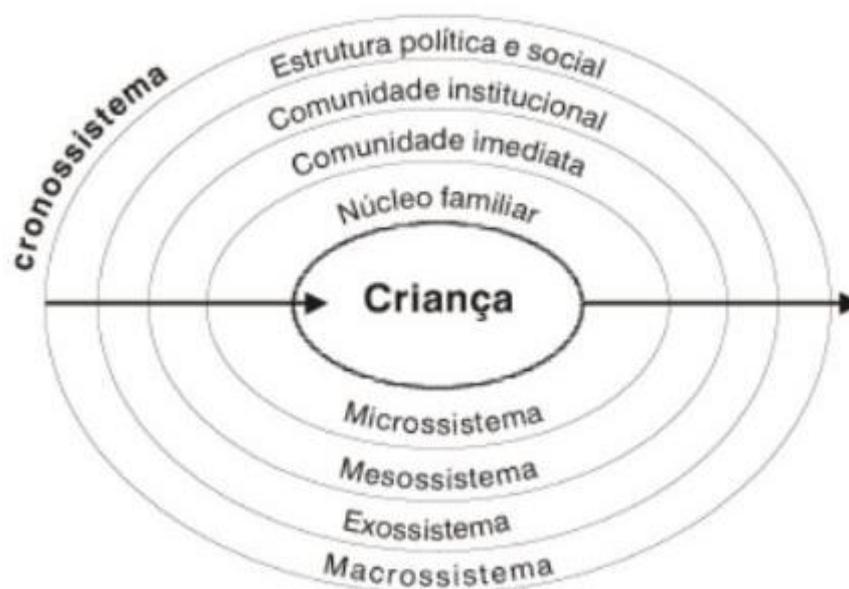


Figura 3: Estruturas concêntricas – Bronfenbrenner (Adaptado por ALMEIDA).

Fonte: ALMEIDA (2011)

O microssistema é composto pela família ou, no caso das instituições de acolhimento, pelos cuidadores, e pode se estender a outros contextos. É o sistema inicial, dinâmico e interativo onde a criança desenvolve as primeiras relações humanas, que envolvem aspectos físicos, sociais e simbólicos. O mesossistema pode ser comparado as relações criadas na escola. É tão afetado quanto o microssistema, uma vez que para crianças em situação de acolhimento, depende das relações criadas fora da instituição. Essas duas

esferas configuram as esferas de participação ativas das crianças e adolescentes (SAVI,2008; ALMEIDA, 2011).

O exossistema e o macrossistema já se configuram como esferas onde a criança é afetada, mas tem posição passiva. O exossistema, por exemplo, pode ser comparado a direção do abrigo (SAVI, 2008), onde as decisões tomadas afetam diretamente a vida das crianças, porém não lhes compete nenhuma tomada de decisões, são completamente passivas. O mesmo ocorre no macrossistema, onde são configuradas as crenças sociais e a cultura de cada lugar.

Além das estruturas de Bronfenbrenner, algo essencial para entendimento do desenvolvimento humano, principalmente de crianças entre zero e seis anos de idade (faixa etária escolhida para desenvolvimento da pesquisa), são as etapas de desenvolvimento infantil. Freud (1856-1939), pai da psicanálise, mostra em seus estudos como os primeiros anos de vida são fundamentais para estruturação da personalidade sadia ou patológica na vida adulta (BARROS, 2009; CAMARGO, sem data). Tudo que é vivenciado fica registrado no psiquismo, podendo estar armazenado no: a) consciente – de consciência imediata, podendo ser detectado facilmente no dia-a-dia; b) pré-consciente ou subconsciente – possível de tornar consciente; e o c) inconsciente – instintos (CAMARGO, sem data).

Segundo estudos à cerca da psicologia, sobre o desenvolvimento do caráter na infância, essa primeira e essencial fase de desenvolvimento infantil é dividido então em duas fases: Primeira Infância (de zero a três anos de idade) e Segunda Infância (de três a seis anos de idade). Para Freud, a primeira infância ainda é dividida em: fase oral e fase anal. Conforme Camargo (sem data), a fase oral é a fase compreendida desde a concepção até o primeiro ano de vida, onde a criança conhece o mundo principalmente pela boca. Seu desenvolvimento físico baseia-se praticamente em comer, sugar, morder e lambe. A parte intelectual é instigada pelos sentidos e totalmente dependente do forte laço afetivo com a figura materna.

O segundo ano de vida do bebê já está inserido na fase que Freud denomina como “fase anal”, que compreende a faixa de um a três anos de idade (CAMARGO, sem data). Nesse

período, a criança já tem melhor desenvolvimento do equilíbrio, consegue subir e descer degraus e melhoria da motricidade fina, podendo manipular objetos com as próprias mãos. Essa fase é também conhecida como a fase do “por quê?”. Além da grande curiosidade das coisas, a criança já é capaz de usar frases curtas e fazer uso de imagens mentais. A figura materna ainda é o principal laço de afeto e a criança tende a imitar e participar das atividades dos adultos (INSTITUTO ZERO A SEIS, sem data).

A segunda fase, Segunda Infância, compreende a faixa entre os três e os seis anos. É onde a criança aprimora suas habilidades motoras, ganha independência para vestir-se e comer sozinha, ganhando maior autonomia, além de possuir seu vocabulário alargado, fala fluente e sendo capaz de memorizar histórias e reproduzi-las. A figura da mãe ainda é o centro de seu universo, porém consegue separar-se dela por pequenos períodos e interagir melhor com outras crianças. Além disso, essa fase é onde começa o desenvolvimento moral, podendo distinguir o que é certo e errado, fantasia e real (INSTITUTO ZERO A SEIS, sem data; MUNDO ABC, sem data).

De acordo com Camargo (sem data), Piaget denomina os dois primeiros anos de vida como fase sensório-motora, onde a criança conhece o mundo através dos sentidos, sensação e ações motoras. Além disso adquire noções de casualidade, espaços e tempo. Já Wallon, reforça que o período de 3 a 6 anos de idade é o estágio fundamental no que diz respeito ao desenvolvimento da personalidade da criança, no sentido de ter a consciência de si nas relações com os outros. Para ele, a criança caminha para construção da autonomia, seguindo os exemplos de quem a rodeia ou de quem admira.

Nesse sentido, observando e entendendo a necessidade de uma base sólida para o desenvolvimento adequado das crianças, em especial as em situação de acolhimento institucional, é preciso proporcionar qualidade tanto ambiental quanto emocional a elas. A instituição torna-se seu lar e todos os envolvidos são responsáveis pelo seu desenvolvimento pleno, desde os primeiros momentos de vida.

1.2. Perfil das crianças em acolhimento institucional

Segundo dados levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2003), o Sudeste é a região com maior concentração de instituições de acolhimento cadastradas da REDE SAC/Abrigos para crianças e adolescentes. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo reúnem cerca de 49,4% das instituições cadastradas. Em segundo lugar está a região Sul, com 20,7%, seguido da região Nordeste, com 19,0%. Logo abaixo está o Centro-Oeste, com 7,0% das instituições, e Norte, com 4,2%. Desse universo, os abrigos para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social compreendem um total de 589 instituições em todo o Brasil, sendo 290 delas concentradas apenas na região Sudeste.

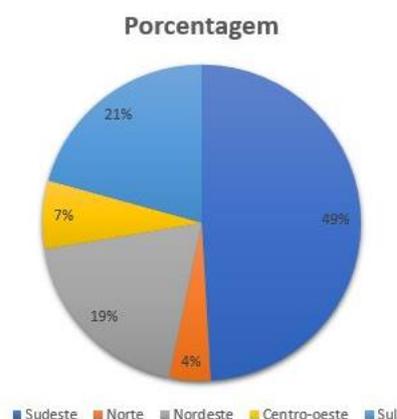


Figura 4: Distribuição das instituições de acolhimento cadastradas na REDE SAC/Abrigos por região.

Fonte: Da autora.

De acordo com o ECA, as instituições de acolhimento são uma medida provisória até o retorno para a família de origem ou uma família substituta. No entanto, na maioria dos casos, seja por dificuldades de retorno à primeira ou devido à grande burocracia para adoção, o abrigo se torna uma medida permanente de moradia e afeto para muitas crianças e adolescentes:

[...]As maiores dificuldades para o retorno das crianças e adolescentes para as famílias encontram-se nas condições socioeconômicas das famílias (35,45%), na fragilidade, ausência ou perda do vínculo familiar (17,64%), na ausência de políticas públicas e de ações institucionais de apoio à reestruturação familiar (10,79%), no envolvimento com drogas (5,65%) e na violência doméstica (5,24%) (IPEA, 2003).

Além disso, conforme Savi (2008), em uma análise de levantamento realizado pelo Ipea em conjunto com Conanda (2003), 86,7% das crianças e adolescentes em medida de abrigo possuem uma família, com a qual a maioria mantém vínculos (58,2%). Assim, o tempo permanente em abrigos varia conforme as necessidades de cada criança e adolescente, podendo variar de 2 a 5 anos para 32,9% dos abrigados, mostrando assim que o termo “provisório” não se faz válido para a maioria dos casos.

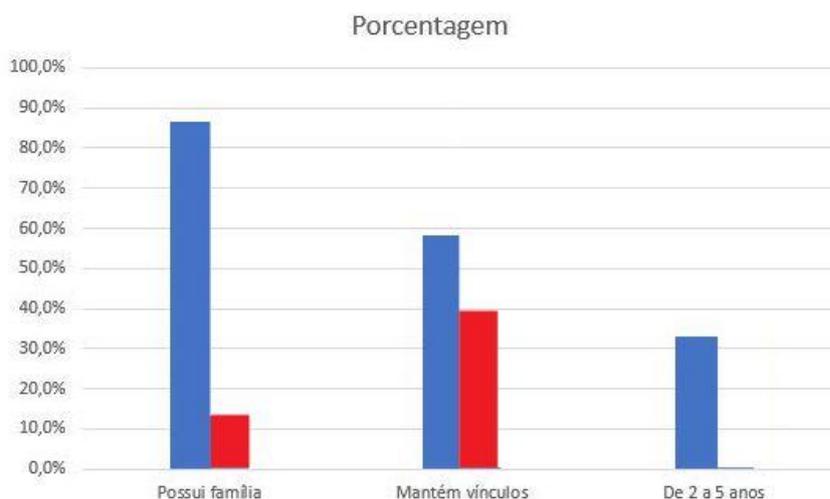


Figura 5: Relação do tempo de permanência das crianças nos abrigos.

Fonte: Da autora.

Ainda de acordo com o Ipea (2003), 85,9% das instituições de abrigo não possuem especialidades no atendimento, acolhendo quaisquer crianças e adolescentes, e apenas 12,6% possuem instalações físicas acessíveis. Deve também ser evitado qualquer tipo de especialização ou atendimento exclusivo, como adotar faixas etárias muito pequenas, atendimento apenas para determinado sexo, apenas para crianças portadores de HIV, entre outros. Esse tipo de atendimento apenas é viável quando houver justificativa e não comprometer o desenvolvimento e convivência das crianças e adolescentes ou não se caracterizar como discriminação ou segregação.

2. Acolhimento Institucional

Como já abordado, os abrigos de acolhimento para menores em situação de vulnerabilidade social passaram por inúmeras mudanças, tanto conceituais quanto estruturais, até a aprovação do ECA. As instituições passam de um caráter assistencialista filantrópico – Código de Menores – para ações socioeducativas – ECA.

O ECA é uma legislação infra-constitucional que assegura à crianças e adolescentes (de zero a dezoito anos) “direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral” (BRASIL, 1990). Assegura-lhes, por lei ou outros meios, condições plenas de desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, sem privação da liberdade e dignidade, independentemente de sua raça, condição social ou qualquer outro quesito. Além disso, conforme o artigo 4º do estatuto, toda criança e adolescente tem direito ao convívio familiar e em sociedade, além de prioridade nos direitos referentes à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, à profissionalização, dignidade, cultura e liberdade.

O estatuto defende ainda que, a família, a comunidade e as políticas públicas (em todas as esferas de governo) são responsáveis por assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação desses direitos. Deste modo, além do ECA, os menores em situação de vulnerabilidade social contam com o apoio de diversas outras políticas como garantia da exigibilidade e concretização de seus direitos, como a Doutrina de Proteção Integral – 1ª legislação infanto-juvenil da América Latina. Segundo o ECA, toda criança e adolescente tem o direito a proteção integral, considerados indivíduos em desenvolvimento, com prioridade absoluta, independente da classe social (SIMÕES, 2009). Após a promulgação da lei, é possível notar alguns avanços a respeito dos direitos das crianças e adolescentes, como por exemplo: são sujeitos de direito, reconhecidos como pessoas em situação peculiar de desenvolvimento e a prioridade absoluta na aplicação dos direitos (SIMÕES, 2009).

Sobre as diretrizes do estatuto: do artigo 7º até 69, o ECA dispõe sobre os princípios fundamentais do direito à vida e à saúde. Toda e qualquer criança e/ou adolescente tem direito a um desenvolvimento saudável, com dignidade e respeito, direito à família, seja ela de origem ou substituta, e a vida em comunidade. Assegura também direito à educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização e à proteção no trabalho. Os artigos compreendidos entre o 70 e 85, tratam questões de prevenção aos menores, como mau trato, abuso, abandono e negligência dos responsáveis das crianças e adolescentes, e responsabiliza a família, a comunidade e as políticas públicas pela segurança do cumprimento dessa prevenção.

Sobre as políticas de atendimento, do artigo 86 até o 97 preveem ações que, de forma articulada e dinâmica, em qualquer esfera do governo, operem de modo a também assegurar os direitos dos menores. O artigo 90 trata dos regimentos das modalidades de atendimento concebidas pelo ECA, como por exemplo: orientação e apoio familiar e socioeducativo, colocação familiar, acolhimento institucional, liberdade assistida, semiliberdade e internação. Já o artigo 92 traz os princípios a serem adotados pelas entidades:

preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; atendimento personalizado e em pequenos grupos; desenvolvimento de atividades em regime de coeducação; não desmembramento de grupos de irmãos; evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; participação na vida da comunidade local; preparação gradativa para o desligamento; participação de pessoas da comunidade no processo educativo.
(BRASIL, 1990)

Segundo o artigo 101, as medidas protetivas têm caráter provisório e excepcional. Logo, a medida de abrigamento se faz necessária quando todos os outros recursos de manutenção do menor na família de origem já foram esgotados. Assim, busca assegurar os elos essenciais, por meio da convivência familiar e comunitária.

Além do estatuto, outras medidas de suporte à crianças e adolescentes são aprovadas, já no século XXI. Em 2006 é aprovado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa

do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar Comunitária. Esse plano atua como regulamentador e fortalecedor das adequações necessárias nas instituições de acolhimento para melhor qualidade de vida e desenvolvimento dos menores institucionalizados: infraestrutura adequada ao atendimento de pequenos grupos, semelhante à uma residência; localização em áreas residenciais e não afastadas da comunidade e da realidade de origem das crianças e adolescentes; preservação dos vínculos com a família de origem, quando possível; articulação e contato com o Poder Judiciário; condições adequadas ao pleno desenvolvimento dos menores, com estabelecimento de relações de afeto e cuidado; condições, espaços e objetos pessoais que respeitem a individualidade e o espaço privado de cada indivíduo; atendimento integrado e adequado à portadores de necessidades especiais; acolhimento de ambos os sexos e de diferentes idade, preservando assim o vínculo entre irmãos; respeito as normas e orientações para as equipes de trabalho, oferecendo a devida capacitação para o trabalho; articulação com redes sociais; promoção da convivência comunitária, evitando o isolamento social; fortalecimento e desenvolvimento da autonomia e inclusão dos menores na comunidade, visando sua inserção no mercado de trabalho e condições de sobrevivência fora da instituição e preparação para o desligamento.

As Orientações Técnicas, aprovada em 18 de junho de 2009, é também um caderno regulamentador que estabelece orientações metodológicas e físicas para o funcionamento das entidades de acolhimento. Tais orientações podem ser tanto de cunho da estruturação dos serviços como a respeito do projeto político-pedagógico. Apesar de todas as orientações e regulamentos à cerca do bem-estar e qualidade de vida e desenvolvimento de crianças e adolescentes nas entidades de acolhimento, e por este constituir muito mais que um espaço físico e social, a complexidade dos abrigos de acolhimento torna tais políticas públicas insuficientes e ineficientes.

Conforme o ECA, uma das medidas de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social é a institucionalização. Tal equipamento consiste em locais próprios para acolher os menores e proporcionar maior qualidade de vida durante sua passagem pelo mesmo. Podem ser classificados em 4 tipos diferentes que serão melhores detalhadas nos próximos subitens, sendo eles: (1) Abrigos institucionais ou de abrigo de permanência continuada; (2) Casa Lar; (3) Casa de acolhida/passagem ou albergues e (4) Repúblicas. Além disso, outra medida utilizada é a Família acolhedora,

onde o menor é direcionado para uma casa de família, onde este permanece por um período de tempo definido até voltar para sua família de origem ou instituição.

2.1. Abrigo Institucional ou de permanência continuada

No Brasil, a medida mais comum de abrigamento é o abrigo de permanência continuada, que será adotado para desenvolvimento de um futuro projeto conciliando o desenvolvimento do projeto arquitetônico, de modo a evidenciar as potencialidades de cada ambiente para o desenvolvimento humano de acordo com preceitos estabelecidos pelo estudo da percepção ambiental. O abrigo institucional é o mais abrangente das modalidades em capacidade de acolher crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Atende crianças e adolescentes entre zero e 18 anos, com capacidade máxima de 20 abrigados aproximadamente, sob ação protetiva. Tais ambientes devem prover de um ambiente acolhedor, estar inserido no meio urbano, em contato com a comunidade, e ter aspecto semelhante à de uma residência. Além disso, recomenda-se que a instituição destoe o mínimo possível tanto geograficamente quanto socioeconomicamente da comunidade de origem dos acolhidos.

O atendimento deve ser personalizado e em grupos não muitos extensos, respeitando as individualidades de cada indivíduo, e favorecendo o convívio familiar e comunitário. Os vínculos com a família de origem devem ser incentivados e mantidos sempre que possível pela instituição, uma vez que a medida de abrigamento tem caráter excepcional e provisório.

Segundo as Orientações técnicas, os educadores/cuidadores devem estabelecer constância e estabilidade na prestação de cuidados, evitando o sistema de plantões. O estabelecimento de uma rotina na vida da criança favorece a criação de laços e dá maior sensação de segurança e estabilidade emocional.

A orientações técnicas também estabelece a equipe profissional mínima, as atividades a serem exercidas por tal equipe e a infraestrutura mínima para funcionamento das

instituições (vide tabelas em anexo). A equipe profissional deve ser composta pelo menos pelo coordenador, equipe técnica, educador/cuidador e auxiliar de educador/cuidador. Os espaços mínimos sugeridos compreendem os quartos, sala de estar ou similar, sala de jantar, ambiente para estudo, banheiros, cozinha, área de serviço, área externa, sala para equipe técnica, sala de coordenação e atividades administrativas e espaço para reuniões e visitas.

Segundo Savi (2008), o caráter aparentemente provisório das instituições associado à essa carência de políticas públicas e assistencialistas eficientes, fazem com que a maioria dos abrigos sejam instalados em edificações adaptadas ao uso. Deste modo, o desenvolvimento de crianças e adolescentes é prejudicado, uma vez que os ambientes não constituem um local ideal para o desenvolvimento tanto psicológico, quanto físico e social, maximizando os efeitos que a institucionalização prolongada pode causar nos indivíduos. Em qualquer caso, seja ele de permanência curta ou prolongada, o abrigo deve ser um lugar no qual crianças e adolescentes possam interagir com pessoas, objetos, símbolos e sociedade, de modo a criar laços afetivos, identidade e apropriação com o espaço em que vivem.

2.2. Casa Lar

Essa modalidade de acolhimento consiste em visar desenvolver relações mais próximas de um ambiente familiar. A quantidade de acolhidos é consideravelmente menor que a de um abrigo institucional, variando em até 10 crianças e adolescentes entre zero e dezoito anos. Assim, devido ao pequeno número de crianças, a relação cuidador x acolhido se torna muito mais estável e afetiva, facilitando o acompanhamento dos menores sob proteção.

A entidade geralmente é uma casa que não pertence a pessoa ou casal cuidador (muitas vezes alugada) e também exerce função protetiva. O cuidador residente é quem organiza a rotina da casa, porém, recomenda-se que as crianças e adolescentes também ajudem nessa função de organização e cuidado de modo a se sentirem pertencentes ao grupo, com seus direitos e deveres.

Pela grande aproximação com os acolhidos, muitas vezes o “cuidador/educador” (MARQUES, 2010) pode ser associado a figura materna/paterna. Portanto, como esses profissionais tem o dever de incentivar a manutenção das crianças e adolescentes com a família de origem ou encaminhá-los para uma substituta usa-se o termo educador/cuidador residente.

Para este tipo de acolhimento as Orientações Técnicas (BRASIL, 2009) também apresentam tabelas que especificam a equipe profissional, quantidade de funcionários e a infraestrutura mínima a ser atendida (vide anexo). Os espaços sugeridos para esse tipo de instituição se assemelham ao de um abrigo: quartos, quarto para o educador/cuidador residente, sala de estar ou similar, sala de jantar, ambiente para estudo, banheiro, cozinha, área de serviço e área externa. A sala para equipe técnica coordenação, atividades administrativas e espaços para visitas e reuniões deverão funcionar fora da Casa Lar.

2.3 Albergue ou Casa de Passagem/acolhida

Este tipo de estrutura se difere do abrigo de acolhimento por se destinar a crianças e adolescentes de rua, que podem ou não estar acompanhados de seus pais. Os acolhidos são geralmente encaminhados por profissionais educadores, que buscam construir uma relação afetiva e de confiança para posterior estudo de viabilidade de retorno a família de origem ou transferência para os abrigos de permanência continuada.

Assim como as outras modalidades, as Casas de acolhida/passagem constituem ações protetivas, oferecendo alimentação, cuidados básicos de higiene e segurança, orientação de profissionais como assistentes sociais e psicólogos, entre outros, porém, se difere quanto a flexibilidade de atendimento. Podem acolher tanto o menor desamparado como aqueles acompanhados por algum adulto, aceitando também entradas e saídas, por vezes diárias ou semanais.

2.4 República

O serviço de república é uma modalidade na qual jovens de dezoito a vinte e um anos em situação de vulnerabilidade social recebem apoio e moradia. Esse tipo de instituição consiste em grupos ainda menores, média de 6 jovens por república, onde não há a figura do cuidador/educador.

Os jovens moram sozinhos e, conforme a inserção no mercado de trabalho podem ir assumindo, além da autonomia pessoal e auto-gestão, a autonomia financeira quanto as despesas da residência e independência. Contudo, contam com uma supervisão técnico-profissional para a gestão coletiva da moradia. Os técnicos-profissional orientam e encaminham também para outros serviços assistenciais, procuram desenvolver projetos que auxiliem na autonomia e independência dos jovens, preparando-os para o desligamento do programa.

A modalidade república se assemelha as repúblicas estudantis universitárias, onde a maioria se organiza em unidades femininas e masculinas e provêm de uma seleção para escolha de seus integrantes, compondo grupos com afinidades e autonomias parecidas, reforçando a individualidade de cada um e criando vínculos previamente construídos. O tempo de permanência nesse tipo de acolhimento é limitado, salvo guarda casos especiais.

Também regidas pelas Orientações técnicas (vide tabela em anexo), as repúblicas devem conter também uma equipe profissional auxiliar mínima, formada por coordenador e equipe técnica, e seus ambientes são bem próximos a de uma residência particular: quartos, sala de estar/jantar, banheiro, cozinha e área de serviço.

3. Estudos de Caso

Para melhor entendimento do funcionamento das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, foram realizados estudos de caso. Foram estudadas quatro instituições, sendo duas delas abrigos, uma creche e um berçário. As instituições abordadas nos estudos de caso, tanto os abrigos quanto as creches/berçários, pertencem à categoria de permanência continuada. No âmbito internacional foram escolhidos os projetos de um centro de bem-estar para crianças e adolescentes e uma residência estudantil e creche, ambos em Paris, França. E no âmbito nacional, ambos localizados no estado de São Paulo, um abrigo de permanência continuada – AMAMOS, e um berçário – Primetime.

Os projetos foram analisados sistematicamente através dos parâmetros: inserção urbana, ficha técnica e breve descrição do projeto arquitetônico, sistemas construtivos, infraestrutura e programa de necessidades. Contudo, devido a variedade e não padronização do material disponível para análise, cada caso tem uma relevância diferente para a análise, sendo abordado potenciais como ora a setorização, ora o fluxo e acesso, materiais ou informações complementares que ressaltam a particularidade de cada projeto.

A setorização foi realizada para melhor entendimento do funcionamento e fluxos das instituições, e dividida em espaços de uso: a) social: onde crianças e funcionários tem livre acesso, podendo servir também como espaços de convívio; b) íntimo; c) de serviço: acesso apenas para funcionários responsáveis pelo serviço prestado; e d) de acesso restrito: setores que podem ser acessados pelas crianças e adolescentes, porém apenas quando solicitado e acompanhado do educador e/ou outro funcionário.

Os projetos escolhidos para estudo foram selecionados de acordo com a disponibilidade de material encontrado e sua coerência com o tema abordado. Os estudos de caso servirão como base, juntamente com a revisão de literatura, para desenvolvimento de diretrizes projetuais do projeto de um abrigo, da categoria de permanência continuada.

andares, e cada pavimento é dedicado à uma faixa etária, onde as necessidades de todas as crianças, desde as mais silenciosas até as atividades em grupo, são respeitadas.(referenciar)

Nome do projeto	CENTRO DE BEM-ESTAR PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EMPARIS
Tipo de projeto	Abrigo de permanência continuada
Arquiteto (s)	Marjan Hessamfar & Joe Verons architectes associes
Localização	Porte des Lilas, 75019 - Paris, França
Área	6225,0 m ²
Ano do projeto	2013
Fotografias	Vincent Fillon
Equipe de Projeto	Engenheiros Estruturais: OTCE bet Engenheiros de desenvolvimento sustentável: Inddigo hqe Equipamentos de cozinha: Fisher Empreiteira: DUMEZ

*Tabela 1: Ficha Técnica: Centro de bem-estar para crianças e adolescentes em Paris (adaptação da autora).
Fonte: Archdaily. Disponível em: < <https://goo.gl/9teWsd>>. Acesso em: 26 jun. 2017.*

Sua implantação em L, com diferentes níveis de piso no centro, oferece amplos terraços de lazer em cada pavimento. Esse tipo de estruturação favoreceu a captação da luz natural para dentro do edifício, que é ainda mais otimizada devido aos jardins fechados englobados pelo projeto com duas das principais paredes de fachadas para o sul e para o oeste (uma vez que o núcleo do lote é voltado para o norte).



*Figura 7: Planta de Implantação (adaptação e tradução da autora).³
 Fonte: Archdaily. Disponível em: < <https://goo.gl/9teWsd>>. Acesso em: 26 jun. 2017.*

Devido a seu amplo acesso pelo público, sua organização espacial é dada em pavimentos independentes. Cada pavimento é entendido como uma única unidade, com seu próprio uso específico e seu próprio regulamento de saúde e segurança. A creche se instala no 5º andar (classificação R no código francês para instalações de ensino) e as salas de tratamento e cuidados de saúde no piso térreo e 4º andar (classificação U). O projeto se mostra flexível para mudanças em todas as fases projetuais, por exemplo: os corredores foram concebidos com dimensões que podem agregar outra função.

³ Todas as imagens referentes a este projeto são de adaptação e tradução da autora. Conteúdo original disponível em: < <https://goo.gl/9teWsd>>.

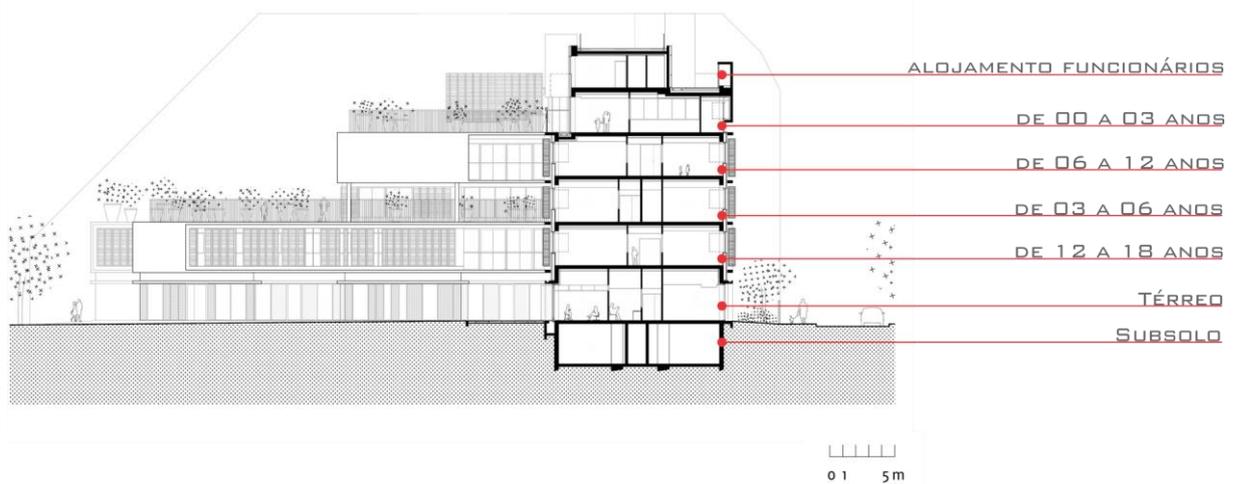


Figura 8: Setorização vertical (adaptação e tradução da autora).
 Fonte: Archdaily. Disponível em: < <https://goo.gl/9teWsd>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

Apesar dos andares independentes o prédio mantém uma identidade única marcada pelo uso do concreto branco, ouro e persianas com trabalho em ferro preto. O sistema construtivo é composto por estruturas de concreto: vigas e pilares. O concreto utilizado é auto limpante, que facilita a manutenção do edifício e evita aparência de sujidades com o passar do tempo. A fachada é toda emoldurada com madeira, revestimentos metálicos e persianas, que protegem os quartos da insolação e também proporcionam maior privacidade aos usuários.

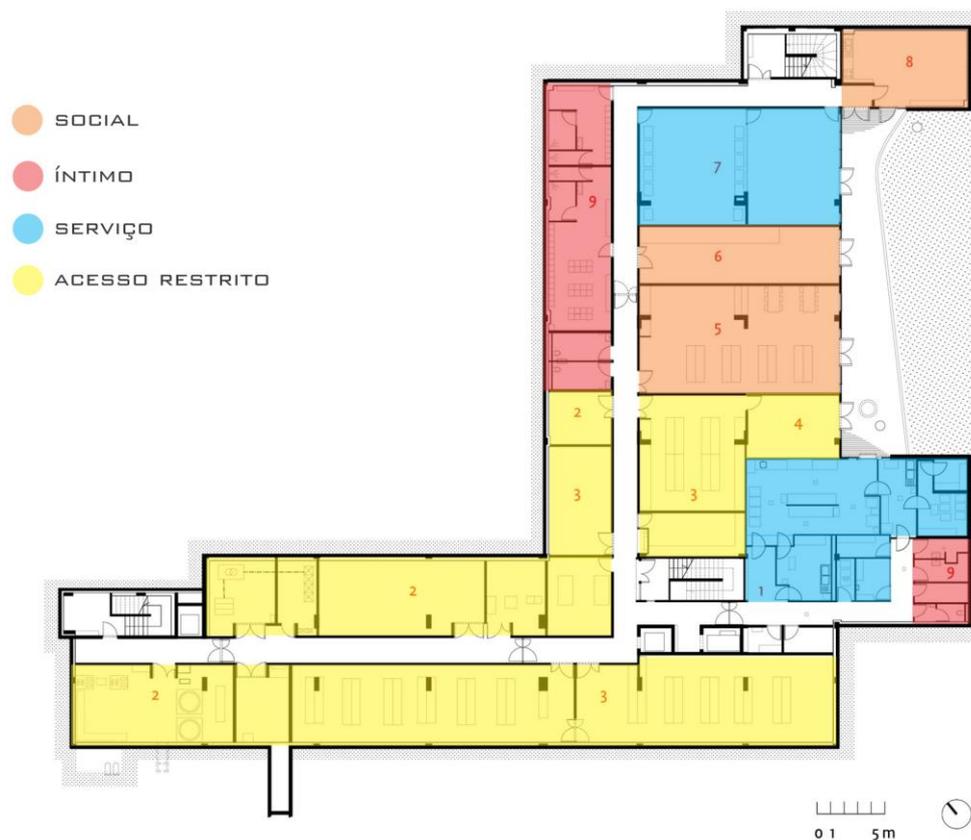


Figura 9: Centro de bem-estar para crianças e adolescentes de Paris.
 Fonte: Archdaily. Disponível em: < <https://goo.gl/9teWsd>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

3.1.2 Programa de Necessidades e Infraestrutura

O centro de bem-estar atende uma grande quantidade de acolhidos e devido a sua setorização vertical, com pavimentos independentes, conta com uma setorização particular e ampla infraestrutura em cada andar, como pode ser observado a seguir:

1) Subsolo: o subsolo se destina mais a ambientes técnicos e voltados aos funcionários. Conta com uma cozinha, salas técnicas, locais de armazenamento de arquivos e depósito, sala de reunião, uma biblioteca para funcionários, um ateliê, a lavanderia, uma sala de alimentação e vestiários dos funcionários. A circulação vertical que dá acesso a todo edifício é fixa e, como pode ser observado, se concentra nas extremidades.



SUBSOLO

LEGENDA:

- | | |
|-------------------------------|---------------|
| 01.COZINHA | 06.ATELIÊ |
| 02.SALAS TÉCNICAS | 07.LAVANDERIA |
| 03.ARQUIVOS/DEPÓSITO | 08.REFEITÓRIO |
| 04.SALA DE REUNIÃO | 09.VESTIÁRIOS |
| 05.BIBLIOTECA DE FUNCIONÁRIOS | |

Figura 10: Setorização sub solo (adaptação e tradução da autora).

Fonte: Archdaily. Disponível em: < <https://goo.gl/9teWsd>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

2) Pavimento Térreo: no pavimento térreo se encontra o hall de recepção e o acesso principal da edificação, acompanhado da recepção. Nele se concentra toda parte administrativo do prédio, assim como os gabinetes de direção, escritório da equipe educacional, sala de espera, salas de visitas para as famílias, escritório de serviço social, enfermaria, sala de reunião e gabinetes dos responsáveis pelos serviços.

O grande “L” formado pela disposição da implantação no terreno proporciona uma grande área externa onde localiza-se a quadra e espaços de convívio e para realização de atividades diversas.



PAVIMENTO TÉRREO

LEGENDA:

- 01. HALL DE RECEPÇÃO
- 02. RECEPÇÃO
- 03. ESCRITÓRIO DA EQUIPE EDUCACIONAL
- 04. SALA DE ESPERA
- 05. SALA DE VISITAS PARA FAMILIARES

- 06. ESCRITÓRIO DE SERVIÇO SOCIAL
- 07. ENFERMARIA
- 08. SALA DE REUNIÃO
- 09. GABINETES DE DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
- 10. GABINETE DOS RESPONSÁVEIS PELO SERVIÇO

Figura 11: Setorização pavimento térreo (adaptação e tradução da autora).
 Fonte: Archdaily. Disponível em: < <https://goo.gl/9teWsd>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

3) 1º Pavimento: o primeiro pavimento se destina aos adolescentes, de doze a dezoito anos. Se divide em três unidades, conforme demonstrado na setorização, e comporta quartos individuais, inclusive os adaptados, de modo a conferir maior privacidade dos indivíduos dessa faixa etária. Além disso, o pavimento também possui escritórios para educadores, três refeitórios de modo a suprir as demandas do pavimento, salas de jogos, ginásio, salas de aula, uma biblioteca áudio-visual, lavanderia pedagógica e área de serviço.



1º PAVIMENTO | DE 12 A 18 ANOS

LEGENDA:

01. UNIDADE «SIRROCO»
 02. UNIDADE «ALIZÉ»
 03. UNIDADE «MISTRAL»
 04. QUARTOS INDIVIDUAIS
 05. QUARTO ADAPTADO
 06. ESCRITÓRIO DO EDUCADOR

07. REFEITÓRIO
 08. SALA DE JOGOS
 09. GINÁSIO
 10. SALA DE AULA
 11. BIBLIOTECA AUDIO VISUAL
 12. LAVANDERIA
 13. ÁREA DE SERVIÇO

Figura 12: Setorização primeiro pavimento (adaptação e tradução da autora).
 Fonte: Archdaily. Disponível em: < <https://goo.gl/9teWsd>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

4) 2º Pavimento: o segundo pavimento acolhe crianças de três a seis anos de idade e é dividido em duas unidades: “Kapla” e “Duplo”. Possui quartos de até 3 camas por ambiente, banheiros comuns, uma vez que as crianças nessa idade não se incomodam com a presença do sexo oposto, escritório para equipe educacional, escritório para depois funcionários, salas de jantar, salas de jogos, uma sala dedicada a leitura, espaço destinado ao jardim de infância e uma ampla área externa.



2º PAVIMENTO | DE 03 A 06 ANOS

LEGENDA:

- | | |
|-----------------------------------|------------------------|
| 01. UNIDADE «KAPLA» | 07. SALA DE JOGOS |
| 02. UNIDADE «DUPLO» | 08. SALA DE LEITURA |
| 03. QUARTO DE 1 A 3 CAMAS | 09. SALA PSICOMOTORA |
| 04. BANHEIRO COMUM | 10. JARDIM DE INFÂNCIA |
| 05. ESCRITÓRIO EQUIPE EDUCACIONAL | 11. ESCRITÓRIOS |
| 06. SALA DE JANTAR | 12. ÁREA EXTERNA |

Figura 13: Setorização segundo pavimento (adaptação e tradução da autora).
 Fonte: Archdaily. Disponível em: < <https://goo.gl/9teWsd>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

5) 3º Pavimento: a faixa etária compreendida pelo terceiro pavimento varia dos seis até os doze anos e também se divide em duas alas. Os quartos variam em até três camas por ambiente e os banheiros são separados por sexo – feminino e masculino. Contém também escritório para equipe educacional, dois refeitórios, salas de jogos, sala de aula, uma biblioteca áudio-visual e escritórios para demais funcionários.



3º PAVIMENTO | DE 06 A 12 ANOS

LEGENDA:

- 01. UNIDADE «CHAMALLOW»
- 02. UNIDADE «DRAGIBUS»
- 03. QUARTOS DE 1 A 3 CAMAS
- 04. BANHEIRO FEMININO
- 05. BANHEIRO MASCULINO

- 06. ESCRITÓRIO EQUIPE EDUCACIONAL
- 07. REFEITÓRIO
- 08. SALA DE JOGOS
- 09. SALA DE AULA
- 10. BIBLIOTECA AUDIO VISUAL
- 11. ESCRITÓRIO

Figura 14: Setorização terceiro pavimento (adaptação e tradução da autora).
 Fonte: Archdaily. Disponível em: < <https://goo.gl/9teWsd>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

6) 4º Pavimento: o quarto pavimento se destina as crianças menores até os três anos de idade. Devido a maiores cuidados necessários, e de modo a facilitar e otimizar os serviços prestados, o pavimento se divide em quatro unidades distintas. Possui um espaço destinado ao jardim de infância, sala para os professores, uma enfermaria, escritórios de usos múltiplos, além de uma ampla área externa configurada pelo terraço e locais de preparação dos alimentos dos bebês e armazenamento dos carrinhos e acessórios dos mesmos.



4º PAVIMENTO | DE 00 A 03 ANOS

LEGENDA:

- | | |
|----------------------------|--|
| 01. UNIDADE «LIBELLULE» | 07. ENFERMARIA |
| 02. UNIDADE «LUTINS» | 08. ESCRITÓRIO POLIVALENTE |
| 03. UNIDADE «PETIT MOUSSE» | 09. SALA DE VISITAS |
| 04. UNIDADE «BOUT'CHOU» | 10. GUARDA CARRINHOS DOS BEBÊS |
| 05. JARDIM DE INFÂNCIA | 11. LOCAL DE PREPARAÇÃO DAS MAMADEIRAS |
| 06. SALA DOS PROFESSORES | 12. ESCRITÓRIO |
| | 13. ÁREA EXTERNA |

Figura 15: Setorização quarto pavimento (adaptação e tradução da autora).
 Fonte: Archdaily. Disponível em: < <https://goo.gl/9teWsd>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

7) 5º Pavimento: o quinto e último pavimento compreende o alojamento dos funcionários, cercado por uma grande passarela que liga todos os quartos.



5º PAVIMENTO

LEGENDA:

- 01. ALOJAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS
- 02. CIRCULAÇÃO/PASSARELA
- 03. TELHADO NÃO ACESSÍVEL

Figura 16: Setorização quinto pavimento (adaptação e tradução da autora).
Fonte: Archdaily. Disponível em: < <https://goo.gl/9teWsd>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

É possível observar que o projeto para nova sede do centro de bem-estar para crianças e adolescentes, de Paris, preocupou-se tanto em promover relações de convívio em comunidade, priorizando os locais em que ocorre as interações em grupo, como também,

3.2.1 O Projeto

Atualmente, segundo informações do site e blog da instituição, a Amamos acolhe cerca de 60 crianças e adolescentes, tendo capacidade para 10 recém-nascidos, 22 meninos e 28 meninas. Sua infraestrutura conta com copa, fraldário, dormitórios masculino e feminino, salas de atividades, cozinha, enfermaria, sala de vídeo, sala de informática, miniquadra, brinquedoteca, depósitos para alimentos e materiais de higiene, lavanderia, rouparia e salas de administração, pedagogia, psicologia e tesouraria.

Para atender a legislação vigente do município e ficar regular de acordo com as normas para esse tipo de instituição e número de acolhidos, a instituição terá de passar por um processo de reforma.

Nome do projeto	PROJETO DE REFORMA - AMAMOS
Tipo de projeto	Abrigo de permanência continuada
Arquiteto (s)	Marcelo Benedicto
Localização	Osasco, São Paulo
Área	Não consta
Ano do projeto⁴	Fundação: 1991. Reforma: 2016
Fotografias	Site/blog
Equipe de Projeto	Engenheiro: Pedro Tadeu Caniato

*Tabela 2: Ficha Técnica do projeto de reforma da instituição de acolhimento AMAMOS (adaptada pela autora).
Fonte: Site da instituição. Disponível em: <<https://www.amamos.org.br/projeto-reforma>>. Acesso em: 26 jun. 2017.*

⁴ Segundo informações fornecidas pelo site. Disponível em : < <https://www.amamos.org.br/projeto-reforma>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

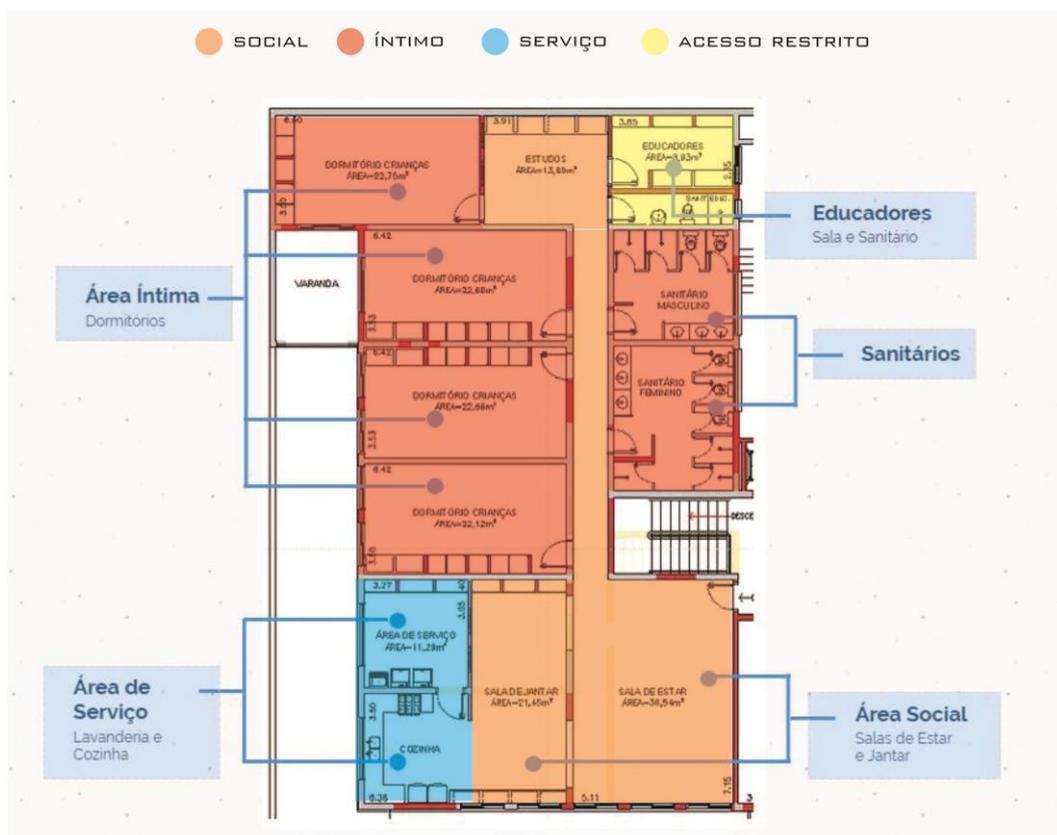


Figura 18: Planta baixa antes do projeto de reforma da instituição AMAMOS, Osasco – SP.
 Fonte: site da instituição. Disponível em: <<https://www.amamos.org.br/projeto-reforma>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

O projeto de reforma visando atender as demandas da legislação vigente, busca levar a acessibilidade para todo o edifício. Foi incorporada uma plataforma elevatória na entrada principal da instituição, garantindo a circulação entre o acesso (Rua Presidente Médici) e o pavimento térreo, e elevadores que atendem os três pavimentos da edificação. Segundo o site da instituição⁵, o projeto de reforma buscou interferir o menos possível na estrutura (alvenaria) já existente, porém buscando atender o programa de necessidades e normas de acessibilidade. Outro objetivo era proporcionar conforto aos ambientes criados, como as salas para depósito, segurança, administração e educadores, atendendo sempre a legislação. Além disso também se previu um local para realização do bazar, que acontece regularmente para arrecadação de fundos para a instituição.

⁵ Disponível em: <<https://www.amamos.org.br/projeto-reforma>>. Acesso em: 26 jun. 2017.



Figura 19: Planta de anexo do pavimento térreo do projeto de reforma da instituição AMAMOS, Osasco – SP. Fonte: site da instituição. Disponível em: <<https://www.amamos.org.br/projeto-reforma>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

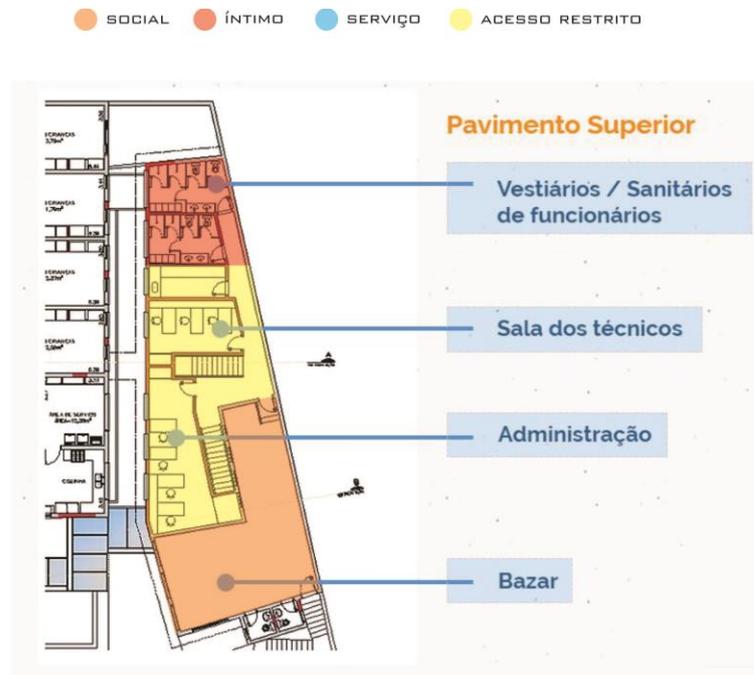


Figura 20: Planta de anexo do pavimento superior do projeto de reforma da instituição AMAMOS, Osasco – SP. Fonte: site da instituição. Disponível em: <<https://www.amamos.org.br/projeto-reforma>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

3.3. Residência estudantil e creche (Paris, França)

Localizado em um dos bairros mais movimentados ao norte de Paris, o projeto compreende dois programas de necessidades diferentes: um para uma residência estudantil e outro para uma creche. Segundo o projeto, o escritório VIB Architecture tinha

a importante missão de unir os dois programas, aproveitando ao máximo as estruturas já existentes no local.

O entorno é caracterizado pela heterogeneidade arquitetônica, com edifícios de diferentes épocas, variando desde o século XVIII até os dias atuais, com gabaritos e usos diversos. A região também é marcada pelo desenho da malha urbana configurada por pequenos becos. Nas proximidades encontram-se o “Pavillon du Carré Baudouin”, século XVIII, que atualmente abriga um espaço de exposição anexo ao parque aberto ao público, um antigo orfanato, alguns edifícios Haussmanianos, pequenas casas e oficinas.

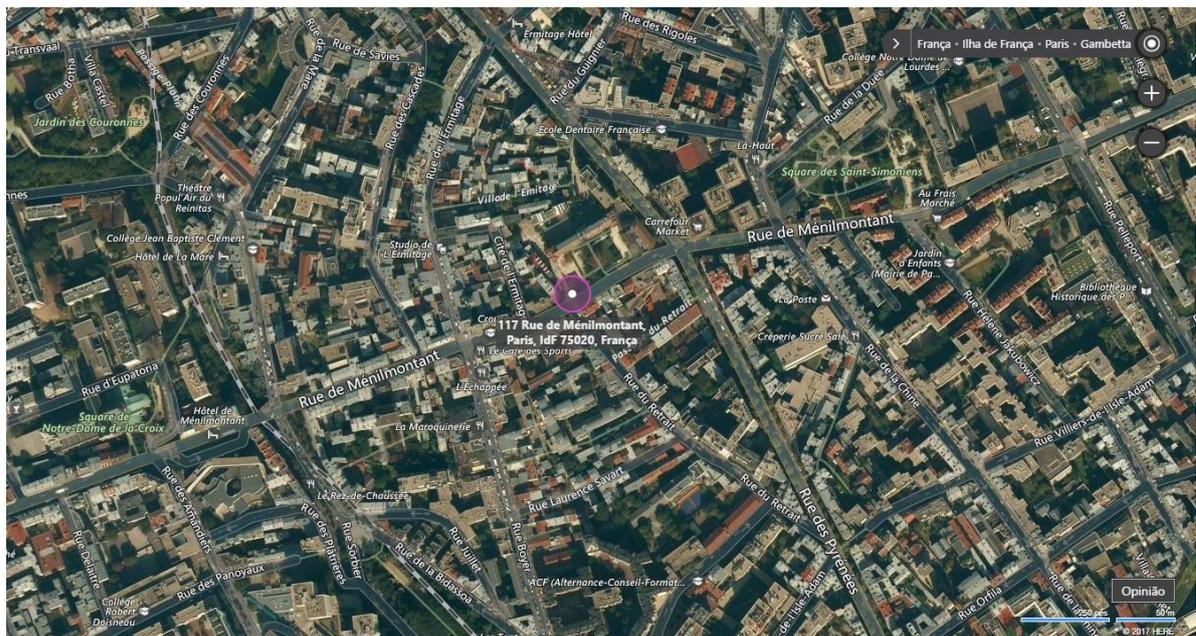


Figura 21: Malha urbana e localização da nova sede da creche e moradia estudantil, Paris – França.
Fonte: bing.com/maps. Acesso em: 26 jun. 2017.



Figura 22: Moradia estudantil e creche, Paris – França.
Fonte: Archdaily. Disponível em: <https://goo.gl/7fE57a>. Acesso em: 26 jun. 2017.

3.3.1 O projeto

O projeto, construído em um contexto bastante diversificado, organiza diversos edifícios antigos ou restaurados da rua de no coração de Faubourg. Individualmente, respondem ao contexto específico e participam da imagem multifacetada do "Vilarejo de Belleville". Tomando como partido as regras específicas urbanas de Paris, o projeto se localiza junto à rua com seus sete pavimentos, sendo o jardim de infância voltado para o interior do terreno, abrangendo um grande pátio, que serve também para melhor aproveitamento da luz natural e ventilação do edifício. O edifício preexistente faz a ligação dos dois usos do projeto que atende um total de 89 estudantes e 66 crianças.

Nome do projeto	RESIDÊNCIA ESTUDANTIL E CRECHE PARA PARIS
Tipo de projeto	Educacional/creche
Arquiteto (s)	VIB Architecture
Localização	117 Rue de Ménilmontant, 75020 Paris, França
Área	2 340 m ² (residência estudantil) + 1 071 m ² (creche)
Ano do projeto	2015
Fotografias	Archdaily
Equipe de Projeto	Engineering firm Landscape

*Tabela 3: Ficha Técnica: Residência estudantil e creche para Paris (adaptação da autora).
Fonte: Archdaily. Disponível em: <<https://goo.gl/7fE57a>>. Acesso em: 26 jun. 2017.*

O edifício frontal se divide em dois blocos: o primeiro marcado por suas quinas arredondadas e grande envoltório de alumínio que se destaca ao longo de todo parque enquanto o segundo, com seu gabarito menor, se direciona mais para o centro do terreno fazendo relação direta com a edificação já existente. O grande pórtico formado pelos volumes é característica marcante do jogo de volumes e dá acesso ao pátio interno.

O projeto se divide em três volumes principais: o edifício de entrada – moradia para estudantes, o edifício já existente e o volume destinado a creche. Como fator potencial do projeto, nota-se a maneira como os fluxos e acesso ocorrem no projeto: o edifício junto a rua e o acesso pelo interior do terreno.

1) A parte destinada à moradia dos estudantes está localizada no edifício de entrada e também funciona como elemento controlador de acesso as outras dependências do projeto. Abriga o hall de entrada e de acesso aos apartamentos dos estudantes, sala comunitária e bicicletário. Oferece moradia a 89 estudantes, divididos em sete pavimentos, além de uma área comum, no quinto pavimento, que tem vista panorâmica para toda Paris.

2) O edifício existente tem seu uso misto, sendo todo o térreo ocupado pelos serviços da creche, vestiários dos funcionários, cozinha e espaços para armazenamento. O segundo pavimento é composto praticamente por apartamentos duplex destinados aos estudantes. Além disso, sua área de circulação funciona também como hall receptivo para as crianças.

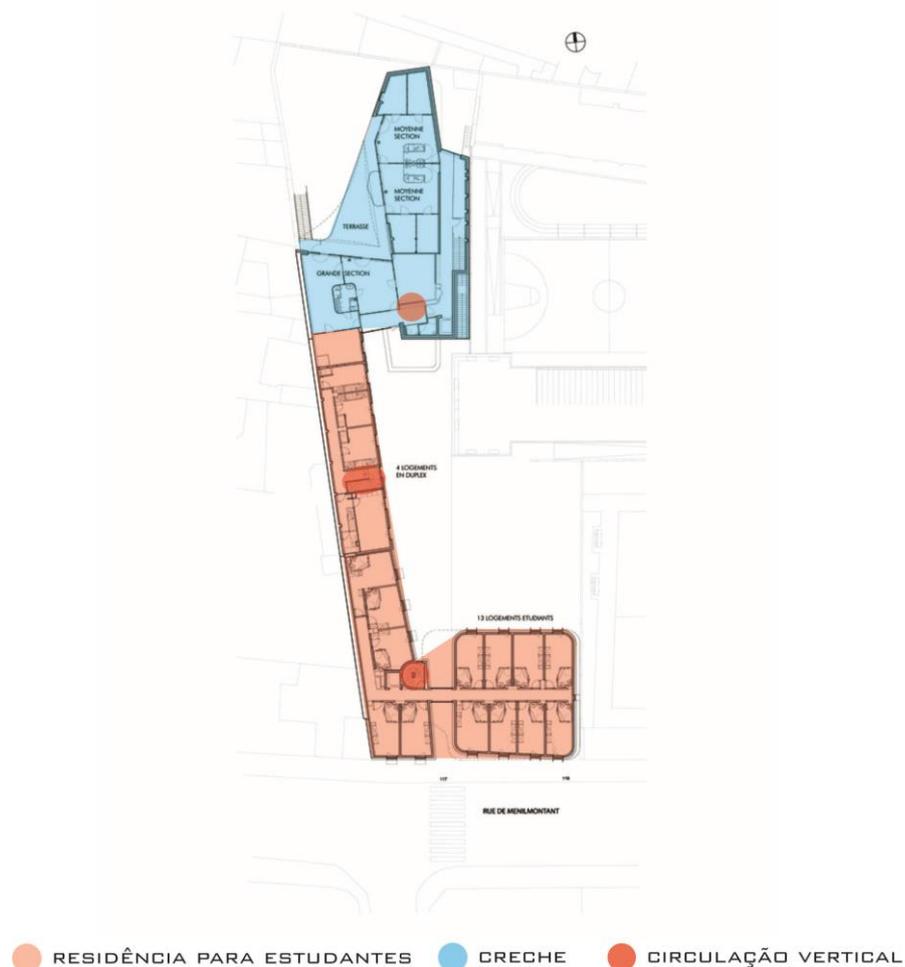


Figura 25: Setorialização e análise de fluxos primeiro pavimento (adaptação e tradução da autora).
Fonte: Archdaily. Disponível em: <<https://goo.gl/7fE57a>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

3) O último volume é onde se localiza a creche. Para acesso a este volume, funcionários e crianças passam por um jardim comum projetado como espaço de transição entre a rua e o edifício. As salas térreas são destinadas as crianças menores enquanto as do segundo pavimento para aquelas dos anos intermediários ou finais do jardim de infância. No térreo, também se encontra a sala motora infantil, áreas destinadas a brincadeiras e lazer das crianças, tanto abertas quanto fechadas, para os dias de chuva.

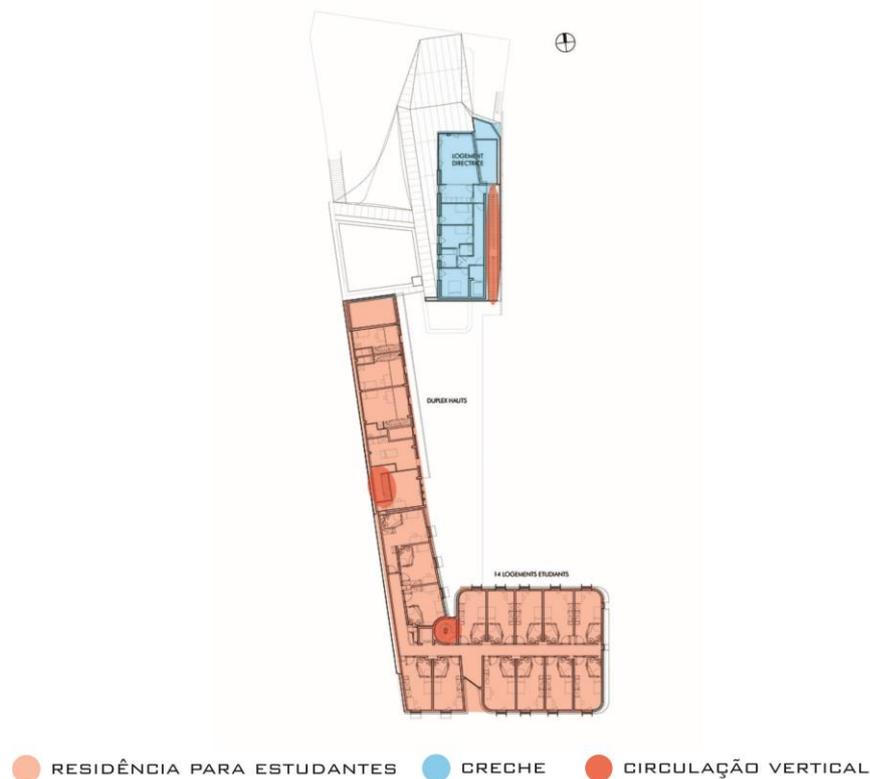


Figura 26: Análise de fluxos segundo pavimento (adaptação e tradução da autora).
Fonte: Archdaily. Disponível em: <<https://goo.gl/7fE57a>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

Alguns pontos relevantes do projeto são os espaços, que quase em sua totalidade são acessíveis, desde os apartamentos estudantis até as demais dependências e o paisagismo fortemente presente em todo o projeto. O jardim comum ameniza a paisagem urbana e confere uma escala mais adequada ao projeto, além de atribuir caráter de público e privado nos ambientes e cria conexões com o parque verde externo e a rua. O jardim para a creche estimula as crianças, uma vez que oferece “ilhas”, “colinas” e parques infantis, além de oferecer segurança e caráter mais privado que os demais jardins.



Figura 27: Residência estudantil e creche para Paris, França (adaptação da autora).
Fonte: Archdaily. Disponível em: <<https://goo.gl/7fE57a>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

3.4. Berçário Primetime (São Paulo, Brasil)

O berçário se localiza em um bairro de classe média alta e alta na zona oeste de São Paulo. O bairro é constituído por mansões e condomínios de luxo. É um dos bairros mais arborizados de São Paulo e, apesar de estar a 15 km do centro da capital, possui ótima localização, uma vez que está cercado por importantes vias de acesso como as Avenidas Morumbi, Giovanni Gronchi e Doutor Alberto Penteadado. Oferece aos moradores e frequentadores boa mobilidade e fácil acesso ao transporte público, sendo atendido por diversas linhas de ônibus e a estação de metrô Butatã.

Além disso, o Morumbi é famoso por abrigar o Estádio Cícero de Pompeu Toledo, Palácio dos Bandeirantes, Hospital Albert Einstein e uma infraestrutura completa de serviços composta por hipermercados, colégios tradicionais, restaurantes, padarias, farmácias, o Shopping Jardim Sul e parques como Burle Marx e Alfredo Volpi, entre outros. Crescendo cada dia mais e, conseqüentemente, tendo seu metro quadrado ainda mais valorizado, o

bairro apresenta-se como líder em lançamentos imobiliários, devido a qualidade de vida que a região oferece.

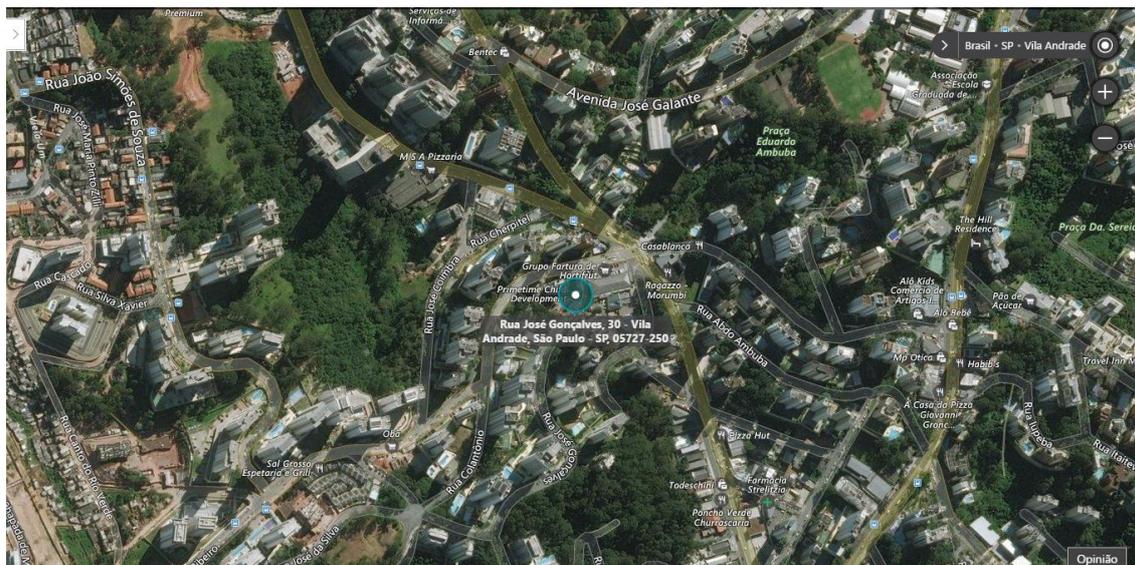


Figura 28: Imagem aérea do entorno imediato do berçário, onde pode-se notar a qualidade das edificações de classe média alta e alta.

Fonte: bing.com/maps. Acesso em: 26 jun. 2017.

3.4.1 O projeto

O projeto para o berçário Primetime Child Development, na grande São Paulo, é o primeiro no Brasil concebido especificamente para crianças de zero a três anos. Seu conceito se baseia nos princípios de um desenvolvimento da inteligência infantil através da priorização do relacionamento humano, atendendo as especificidades exigidas por essa faixa etária.

Nome do projeto	PRIMETIME CHILD DEVELOPMENT
Tipo de projeto	Berçário/educacional
Arquiteto (s)	Marcio Kogan
Localização	São Paulo, Brasil
Área	do projeto: 870 m ² ; do térreo: 900m ²
Ano do projeto	2007
Fotografias	Archdaily

Equipe de Projeto	<p>Autor: Marcio Kogan</p> <p>Co-autor: Lair Reis</p> <p>Co-autoras de interiores: Diana Radomysler + Regiane Leão</p> <p>Equipe: Carolina Castroviejo, Eduardo Chalabi , Eduardo Glycerio, Eduardo Gurian, Elisa Friedmann, Gabriel Kogan, Luciana Antunes, Marcio Tanaka, Maria Cristina Motta, Mariana Simas, Oswaldo Pessano, Renata Furlanetto, Samanta Cafardo, Suzana Glogowski</p> <p>Paisagista: Renata Tilli</p> <p>Projeto de Iluminação: Marcio Kogan, Beatriz Ennes</p> <p>Estrutura: Aluizio D'ávila</p> <p>Instalações: Grau engenharia</p> <p>Consultoria cozinha: Gisela Porto</p> <p>Construtora: Fakiani Construções</p>
--------------------------	---

Tabela 4: Ficha Técnica: Berçário Primetime, São Paulo – SP (adaptação da autora).

Fonte: Archdaily. Disponível em: <<https://goo.gl/v2pDbN>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

O berçário buscou aliar o lúdico e o abstrato, de forma não estereotipada, à funcionalidade do edifício. Para isso, fez uso de materiais que garantissem maior conforto e segurança das crianças, como pisos absorventes de impacto, ergonomia operacional e toda circulação através de rampas, garantindo também o pleno desenvolvimento das atividades e maior autonomia dos indivíduos. Assim também foi concebido o paisagismo do projeto, de modo a garantir a segurança e interação com as crianças.

Além da utilização de materiais naturais, como a madeira e concreto aparente, as cores amarelo, laranja e vermelho são marcantes em toda a edificação, tanto no exterior como no interior, criando uma atmosfera estimulante e harmoniosa. O conforto luminotécnico e termoacústico também são pontos relevantes no projeto, potencializados pela utilização do uso da estrutura de concreto.



*Figura 29: Imagens referentes ao projeto do berçário Primetime, de Marcio Kogan.
Fonte: Archdaily. Disponível em: <<https://goo.gl/v2pDbN>>. Acesso em: 26 jun. 2017.*

3.4.2 Programa de necessidade e infraestrutura

1) Pavimento térreo: é o pavimento de acesso principal onde se encontra o setor de recepção, rampa de acesso aos demais pavimentos, biblioteca, cozinha, refeitório, lavanderia, banheiros, sala multiuso com um palco para apresentações, local de armazenamento para equipamentos e lixo, depósito e grande área externa com locais para diversão e convívio das crianças. A implantação do edifício cortando o terreno proporciona a criação de espaços de convívios distintos, com viés mais particular, voltado ao interior do terreno, ou público, voltado à face da rua.

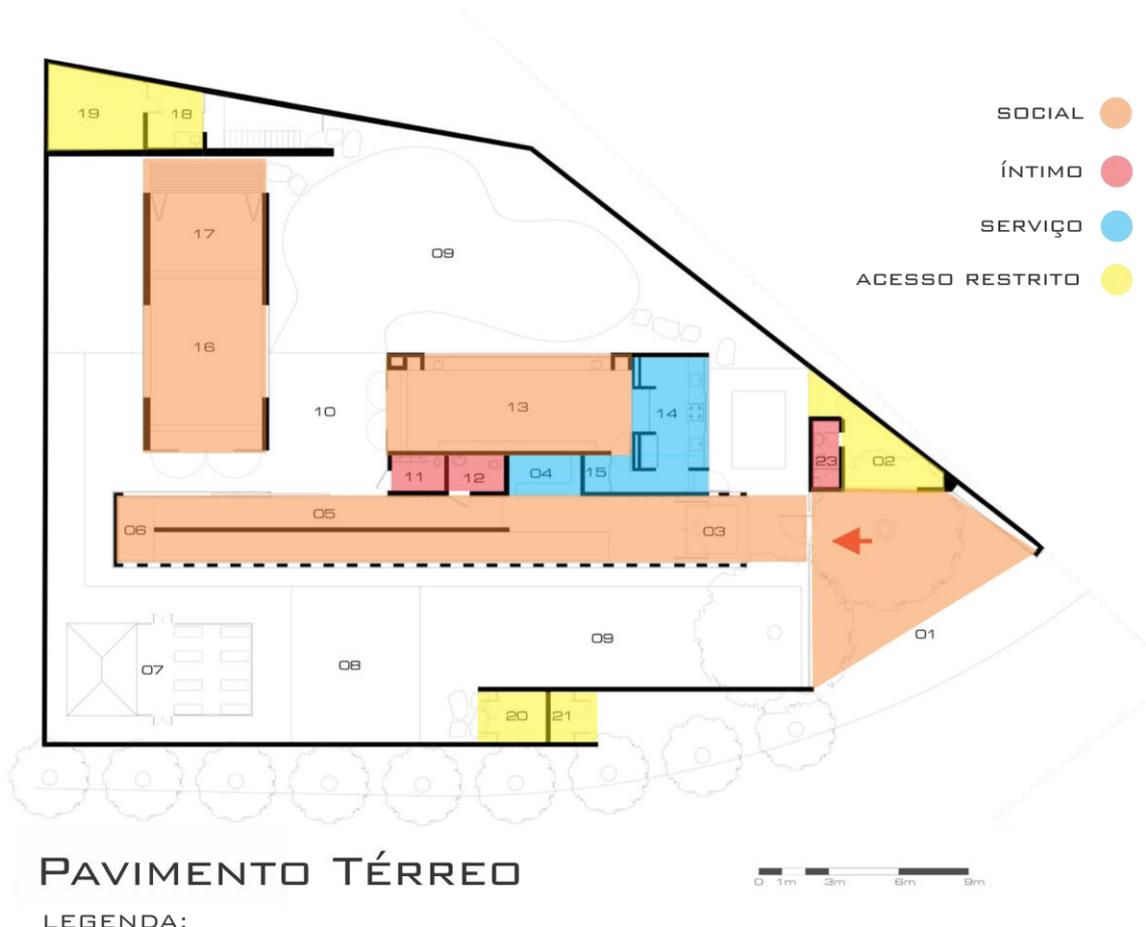


Figura 30: Setorização pavimento térreo (adaptação e tradução da autora).
 Fonte: Archdaily. Disponível em: <<https://goo.gl/v2pDbN>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

2) 1º Pavimento: nesse pavimento se encontram a sala de atividades, uma enfermaria, banheiros para funcionários e crianças e uma lavanderia.

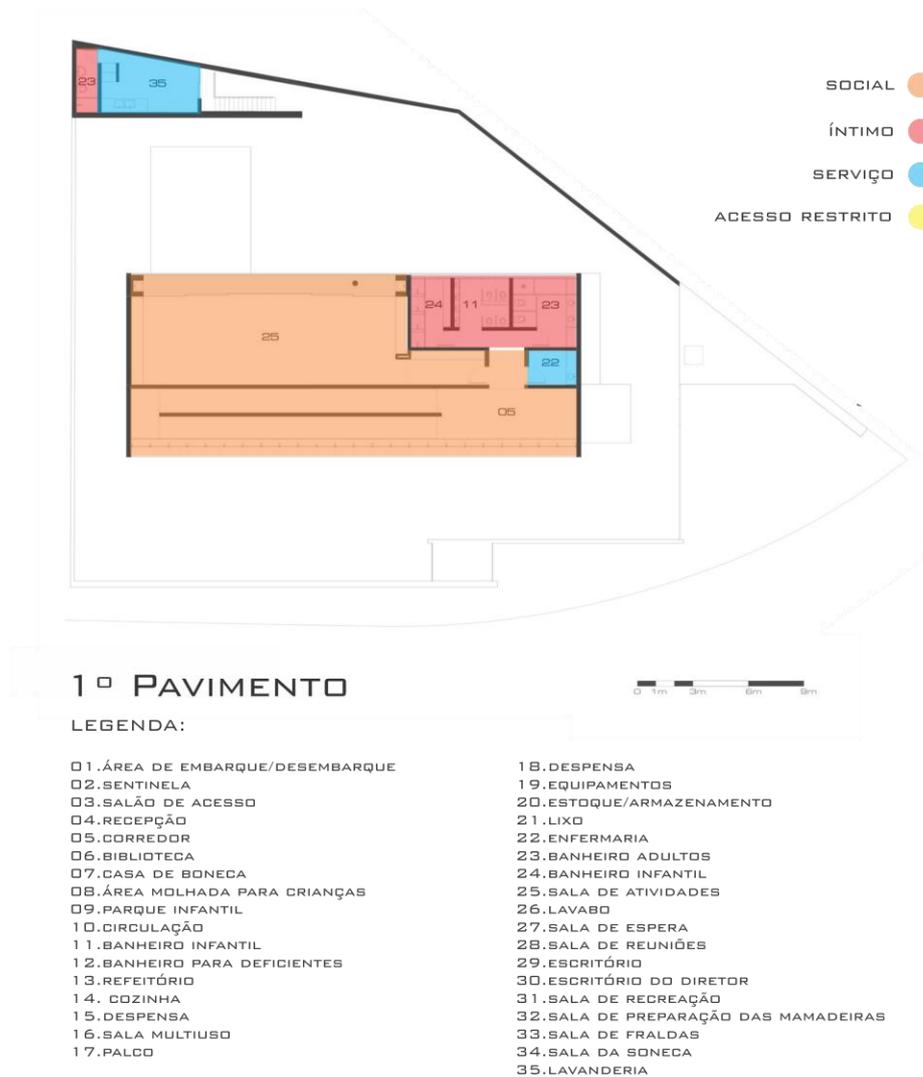
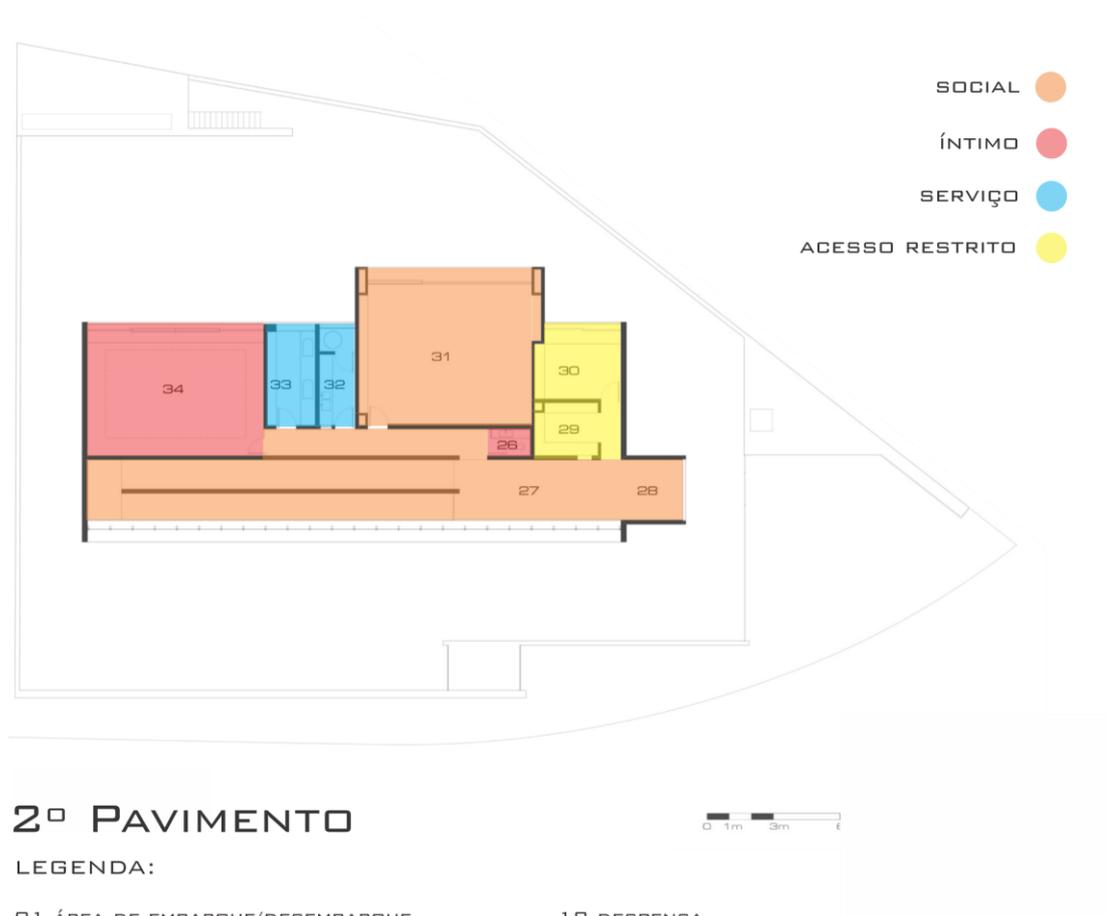


Figura 31: Setorização primeiro pavimento (adaptação e tradução da autora).
 Fonte: Archdaily. Disponível em: <<https://goo.gl/v2pDbN>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

3) 2º Pavimento: este pavimento é provido de um escritório, uma sala de espera para atendimento, uma sala de recreação, um pequeno lavabo e local para a soneca e preparação do alimento dos pequeninos. É um pavimento mais voltado aos funcionários e serviços.



- 01.ÁREA DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
- 02.SENTINELA
- 03.SALÃO DE ACESSO
- 04.RECEPÇÃO
- 05.CORREDOR
- 06.BIBLIOTECA
- 07.CASA DE BONECA
- 08.ÁREA MOLHADA PARA CRIANÇAS
- 09.PARQUE INFANTIL
- 10.CIRCULAÇÃO
- 11.BANHEIRO INFANTIL
- 12.BANHEIRO PARA DEFICIENTES
- 13.REFEITÓRIO
- 14. COZINHA
- 15.DESPENSA
- 16.SALA MULTIUSO
- 17.PALCO

- 18.DESPENSA
- 19.EQUIPAMENTOS
- 20.ESTOQUE/ARMAZENAMENTO
- 21.LIXO
- 22.ENFERMARIA
- 23.BANHEIRO ADULTOS
- 24.BANHEIRO INFANTIL
- 25.SALA DE ATIVIDADES
- 26.LAVABO
- 27.SALA DE ESPERA
- 28.SALA DE REUNIÕES
- 29.ESCRITÓRIO
- 30.ESCRITÓRIO DO DIRETOR
- 31.SALA DE RECREAÇÃO
- 32.SALA DE PREPARAÇÃO DAS MAMADEIRAS
- 33.SALA DE FRALDAS
- 34.SALA DA SONECA
- 35.LAVANDERIA

*Figura 32: Setorização segundo pavimento (adaptação e tradução da autora).
 Fonte: Archdaily. Disponível em: <<https://goo.gl/v2pDbN>>. Acesso em: 26 jun. 2017.*

Apesar de fugir dos padrões socioeconômicos das instituições para acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, o berçário Primetime possui um programa de necessidades semelhante ao tipo de projeto de abrigos de acolhimentos. Também traz importantes referências em termos construtivos, aproveitamento dos recursos naturais (conforto luminotécnico e termoacústico), além do emprego de materiais simples e que estimulam o desenvolvimento psicológico, físico e moral das crianças.

4. Diretrizes projetuais

Com base na revisão bibliográfica e estudos de caso realizados, o presente capítulo abordará questões preliminares do projeto a ser desenvolvido no Trabalho de Conclusão de Curso II. Serão estabelecidas diretrizes projetuais que auxiliarão no desenvolvimento do projeto para um abrigo institucional de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, assim como a definição do local a ser implantado e concepção projetual.

4.1. Localização

Localizada ao sul de Minas Gerais, a pequena cidade mineira, Itajubá, possui aproximadamente de 96.523 habitantes distribuídos ao longo de seus 294,835 km², segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2016. Devida a sua localização, em meio ao eixo Rio-São Paulo – a 70km da Dutra e a 60km da Fernão Dias, e a presença de grandes empresas em seu território, Itajubá exerce influência sobre 14 municípios da região, totalizando 48% da população do Sul de Minas e 6% da população mineira (O GUIA, sem data)⁶.

⁶ Dados retirados do site “O Guia de Itajubá”. Disponível em: <<http://www.oguiadeitajuba.com.br/index.php>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

Com uma população estimada de 96.523 habitantes, sendo a maior parte dela jovens, Itajubá possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevado quando comparada a outras cidades de Minas Gerais e do Brasil como um todo (IBGE, 2017). Também conta com um bom nível de desenvolvimento de educação básica, que conforme dados do IBGE, reúne quase 83% da população residente alfabetizada.



Figura 34: Pirâmide Etária da população de Itajubá, segundo dados do IBGE.
Fonte: IBGE. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/8AZ>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

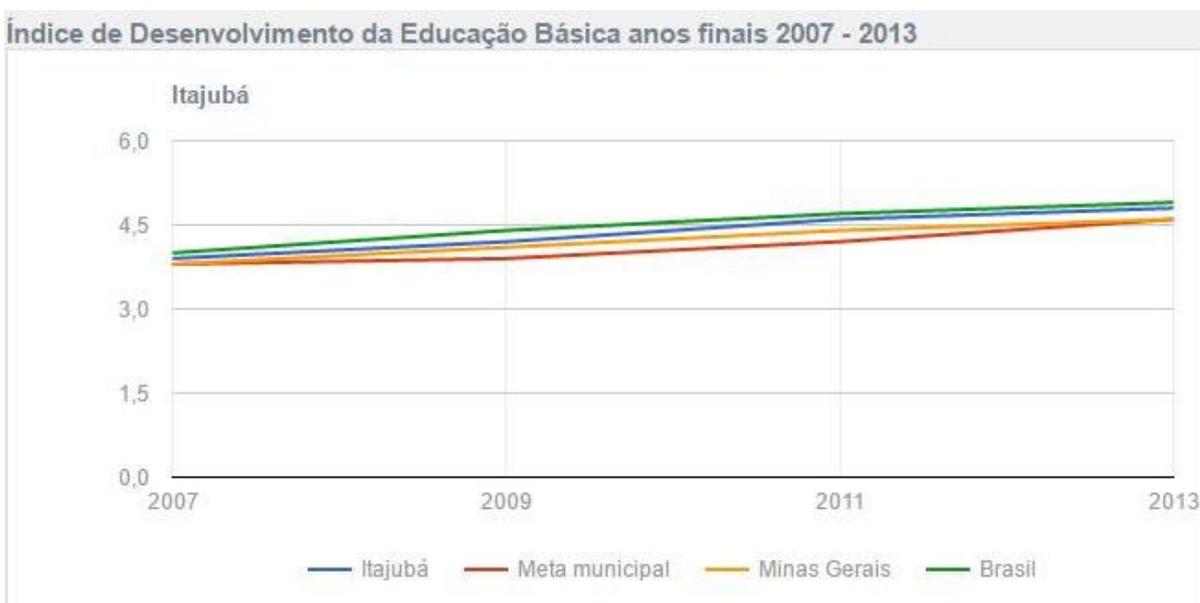


Figura 35: Infográfico do Índice de Desenvolvimento da Educação básica, Itajubá – MG.
Fonte: IBGE. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/5FXL>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

Visto sua grande influência, nos setores econômicos, sociais e culturais, e devido ao número de crianças em situação de vulnerabilidade social, residentes ou direcionadas para Itajubá, a cidade mostra potencial para planejamento de instituições de acolhimento que atendam as demandas locais. Atualmente, existe apenas um abrigo cadastrado em

Itajubá: o Lar Anjo Acolhedor, que acolhe crianças e adolescentes de dez a 17 anos, do sexo feminino, sob medida de proteção.

4.2. Programa de necessidades

Como já mencionado, o abrigo de permanência continuada é o tipo mais comum de instituição de acolhimento para crianças e adolescentes no Brasil. Visto a influência da cidade de Itajubá sobre as cidades circundantes e, devido a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social ser maior que a oferta de instituições para acolhimentos de tais, o projeto a ser elaborado no trabalho de conclusão de curso, II, compreende um abrigo institucional para crianças e adolescentes, uma vez que constitui a categoria que atende maior número de crianças, segundo o ECA.

O projeto do abrigo propõe uma instituição com capacidade de até 20 crianças, de zero a seis anos de idade, de ambos os sexos, incluindo crianças portadoras de necessidades especiais. De acordo com a legislação vigente, o serviço prestado deve ter aspecto semelhante ao de uma residência, estar inserido em uma comunidade, preferencialmente em áreas residenciais, e oferecer atendimento personalizado, em pequenos grupos, favorecendo o convívio familiar e comunitários (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, 2009). Ainda segundo diretrizes do ECA e Orientações Técnicas, os ambientes devem apresentar ambientes acolhedores e condições que possibilitem o desenvolvimento das crianças institucionalizadas.

O abrigo contará então, segundo as Orientações Técnicas¹¹ e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos¹², com uma equipe compostas por: coordenador, psicólogo, assistente social, educadores/cuidadores e auxiliares de educadores/cuidadores. Também segundo orientações da legislação vigente, o abrigo contará com uma infraestrutura mínima que compreenderá pelo menos cinco quartos, sendo cada um destinado a quatro acolhidos, sala de estar, sala de jantar, ambiente para estudos, banheiros destinados as crianças e outro para funcionários, cozinha, área de serviço, área externa, como varandas, quintais, jardins, entre outros, salas para equipe técnica, sala de coordenação e atividades administrativas e espaço para reuniões e

¹¹ Tabelas que regulamentam a equipe básica necessária, suas qualificações e serviços a serem desempenhados.

¹² A NOB-RH/SUAS regulamenta a quantidade de profissionais necessários de acordo com a quantidade de acolhidos e atividades desenvolvidas.

visitas dos familiares. Além destes, visa também espaços destinados ao brincar, como uma brinquedoteca, e acessibilidade em todos os ambientes.

4.3. Concepção

Com o objetivo de proporcionar melhores condições que possibilitem e auxiliem o desenvolvimento pleno das crianças atendidas pelo abrigo, baseado na revisão de literatura e estudos de casos realizados, foram elaboradas algumas diretrizes iniciais para elaboração do projeto, sendo elas:

- Considerar, para elaboração do projeto do abrigo de permanência continuada, todos os estudos desenvolvidos nas etapas anteriores, incluindo aspectos relevantes sobre as teorias do desenvolvimento humano e da psicologia ambiental;
- Proporcionar ambientes que estimulem a criatividade, autonomia e possibilitem o pleno desenvolvimento físico, psicológico e moral dos indivíduos acolhidos;
- Definir o local de implantação do projeto na cidade de Itajubá, levando em consideração as orientações estabelecidas pelo ECA e Orientações Técnicas, como inserção em uma comunidade, de preferência em áreas residenciais e que não distem muito do contexto socioeconômico de origem dos acolhidos, com infraestrutura adequada para locação da instituição;
- Garantir a interação social e atividades coletivas que integrem os indivíduos à sociedade, evitando o isolamento social e preparando a criança para um possível desligamento da instituição, assim como a preservação dos laços familiares;
- Promover a apropriação do espaço e a construção de uma identidade, de funcionários e acolhidos, de modo a propiciar a criação de laços afetivos, minimizando os efeitos da institucionalização;
- Elaboração de ambientes que possibilitem e incentivem as atividades em grupos, porém não deixando de lado as individualidades e particularidades de cada criança, fortalecendo e estimulando a formação e desenvolvimento da personalidade.
- Garantir acessibilidade e atendimento integrado e adequado à portadores de necessidades especiais; acolhimento de ambos os sexos e de diferentes idades, preservando assim o vínculo entre irmãos;

Conclusão

A partir da revisão de literatura e dos estudos de caso realizados, nota-se a relevância e influência dos estimulantes ambientais para o desenvolvimento das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Tais estimulantes, desde as cores até mesmo os materiais utilizados, podem agregar ou prejudicar o funcionamento e eficácia dos ambientes. Segundo Okamoto (2012), o ambiente construído além de servir de palco para espaço de vida, ocupação e modificações pelos usuários, interage diretamente com o ambiente social, cultural e psicológico. É consequência da soma do comportamento humano e uma série de padrões sociais que influenciam as atividades em si realizadas. Bins Ely (2003) complementa ainda que as necessidades de cada indivíduo variam em função do contexto, logo, o projeto deve contemplar atividades e ações do ambiente social consideradas e avaliadas para elaboração do ambiente construído.

Conclui-se então, que a maioria das instituições são instaladas em edificações adaptadas ao uso, prejudicando a eficiência destes ambientes e maximizando os efeitos que a institucionalização prolongada pode causar nos indivíduos. Seja de permanência curta ou prolongada, uma instituição de acolhimento deve ser um lugar no qual crianças e adolescentes possam interagir com pessoas, objetos, símbolos e sociedade, de modo a criar laços afetivos, identidade e apropriação com o espaço em que vivem.

Referências bibliográficas

ALMDEIDA, Mariana. **Requalificação de unidade de acolhimento institucional para crianças e adolescentes: abordagem em juiz de fora (mg) a partir do conforto e psicologia ambiental**. 2015. 101 p. Trabalho Final de Conclusão de Curso – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

ARPINI, Dorian Mônica. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 23, n. 1, p. 70-75, Mar. 2003. Disponível em: < <https://goo.gl/Hp6N1y>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Tradução Antonio de Pádua Danesi. 3. ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998. 242 p. (Original de 1993). (Coleção Tópicos).

BANDURA, A. The evolution of social cognitive theory. In: Smith, K.G.; Hitt, M.A. *Great minds in management*. Oxford University Press, 2005. p. 9-35.

BINS ELY, Vera Helena Moro. Ergonomia + Arquitetura: buscando um melhor desempenho do ambiente físico. In: 3º CONGRESSO INTERNACIONAL DE ERGONOMIA E USABILIDADE DE INTERFACES HUMANO-TECNOLOGIA: PRODUTOS, PROGRAMAS, INFORMAÇÃO, AMBIENTE CONSTRUÍDO. **Anais do 3º Ergodesign**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. LEUI/PUC-Rio, 2003.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente Lei 8.069/90**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2002. 156 p. (Coleção legislação brasileira 11).

_____ (Org.). A arte de governar crianças. Rio de Janeiro: Amais, 1995.

SANTOS, M.A. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORI, Mary. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas:** Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília: Departamento de Proteção Social Especial, 2009.

CARETA, Denise Sanchez. **Quando o ambiente é o abrigo:** cuidando das cuidadoras de crianças em acolhimento institucional. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.47.2011.tde-14062011-161730. Acesso em: 05 mai. 2017.

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; MAGALHÃES, Celina Maria Colino; PONTES, Fernando Augusto Ramos. Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p.329-352, set. 2007.

DONGO-MONTOYA, Adrián Oscar. **Teoria da aprendizagem na obra de Jean Piaget.** São Paulo: Unesp, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades.** Itajubá – MG. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/mg/itajuba/historico>>. Acesso em: 29 jun. 2017

INSTITUTO ZERO A SEIS. Primeira Infância. Disponível em: <<http://zeroaseis.org.br/o-instituto/primeira-infancia/>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

IPEA; CONANDA. Base de Dados da Rede SAC. **Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC**. Brasília, out. 2003. (Relatório de pesquisa número 1). Disponível em: <<http://www.portaldovoluntario.org.br>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

LUVIZARO, N. A., GALHEIGO, S. M. **Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo**. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 191-199, maio/ago. 2011.

MACHADO, V. R. A. *Percepção dos atores do sistema de garantia de direitos sobre à casa do menor de Dracena-SP*. 2010. 131 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

MARCÍLIO, M.L. História social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 1998.

MUNDO ABC. Fases do desenvolvimento infantil (0 a 6 anos). Disponível em: <<https://goo.gl/Enhwnp>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

MOSQUERA, Carlos. Bronfenbrenner e a teoria bioecológica do desenvolvimento humano. Disponível em: <<https://goo.gl/kyqgGF>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

NEWCOMBE, Nora. **Desenvolvimento infantil**: abordagem de Mussen. 8. ed. Porto Alegre: Ed. Artmed, 1999. 561 p.

NUNES, Cristine Manica. **O ensino e o brincar na prática pedagógica dos anos iniciais**: Uma leitura através das teorias de Maria Montessori e Freinet. 2011. 220 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/95030/300072.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

OKAMOTO, Jun. **Percepção Ambiental e comportamento**: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2002. 261 p.

OLIVEIRA, Amanda Leal de et al. **Abrigo**: comunidade de acolhida e socioeducação. 2. ed. São Paulo: Neca, 2010. 101 p.

PAGANOTTI, Ivan. Vygotsky e o conceito de zona de desenvolvimento proximal. Disponível em: <https://goo.gl/7qZACB>. Acesso em: 26 jun. 2017.

ROTONDARO, Daniela Pacheco. Os desafios constantes de uma psicóloga no abrigo. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 22, n. 3, p. 8-13, Sept. 2002 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 abr. 2017.

SAVI, Aline Eyng. **Abrigo ou lar? Um olhar arquitetônico sobre os abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina. 2008. 180 p.

Anexo A

Segue abaixo as tabelas referentes as Orientações Técnicas no que diz respeito à infraestrutura e espaços mínimos sugeridos para as instituições de acolhimento institucional das categorias abrigo institucional, casa lar e república:

Cômodo	Características
Quartos	<ul style="list-style-type: none">• Cada quarto deverá ter dimensão suficiente para acomodar as camas / berços / beliches dos usuários e para a guarda dos pertences pessoais de cada criança e adolescente de forma individualizada (armários, guarda-roupa, etc.).• Nº recomendado de crianças/adolescentes por quarto: até 4 por quarto, excepcionalmente, até 6 por quarto, quando esta for a única alternativa para manter o serviço em residência inserida na comunidade.• Metragem sugerida: 2,25 m² para cada ocupante. Caso o ambiente de estudos seja organizado no próprio quarto, a dimensão dos mesmos deverá ser aumentada para 3,25 m² para cada ocupante.
Sala de Estar ou similar	<ul style="list-style-type: none">• Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores.• Metragem sugerida: 1,00 m² para cada ocupante. Ex: Abrigo para 15 crianças / adolescentes e 2 cuidadores/educadores: 17,0 m² Abrigo para 20 crianças / adolescentes e 2 cuidadores/educadores: 22,0 m²
Sala de Jantar/copa	<ul style="list-style-type: none">• Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores.• Pode tratar-se de um cômodo independente, ou estar anexado a outro cômodo (p. ex. à sala de estar ou à cozinha)

	<ul style="list-style-type: none"> • Metragem sugerida: 1,00 m² para cada ocupante.
Ambiente para Estudo	<ul style="list-style-type: none"> • Poderá haver espaço específico para esta finalidade ou, ainda, ser organizado em outros ambientes (quarto, copa) por meio de espaço suficiente e mobiliário adequado, quando o número de usuários não inviabilizar a realização de atividade de estudo/leitura.
Banheiro	<ul style="list-style-type: none"> • Deve haver 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para até 6 (seis) crianças e adolescentes • 1 lavatório, 1 vaso sanitário e um chuveiro para os funcionários • Pelo menos um dos banheiros deverá ser adaptado a pessoas com deficiência.
Cozinha	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários atendidos pelo equipamento e os cuidadores/educadores.
Área de Serviço	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza e propiciar o cuidado com a higiene do abrigo, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o número de usuários atendido pelo equipamento.
Área Externa (varanda, quintal, jardim, etc)	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços que possibilitem o convívio e brincadeiras, evitando-se, todavia, a instalação de equipamentos que estejam fora do padrão socioeconômico da realidade de origem dos usuários, tais como piscinas, saunas, dentre outros, de forma a não dificultar a reintegração familiar dos mesmos. • Deve-se priorizar a utilização dos equipamentos públicos ou comunitários de lazer, esporte e cultura, proporcionando um maior convívio comunitário e incentivando a socialização dos usuários.

	<ul style="list-style-type: none"> • Os abrigos que já tiverem em sua infraestrutura espaços como quadra poliesportiva, piscinas, praças, etc, deverão buscar, gradativamente, possibilitar o uso dos mesmos também pelas crianças e adolescentes da comunidade local, de modo a favorecer o convívio comunitário, observando-se, nesses casos, a preservação da privacidade e da segurança do espaço de moradia do abrigo.
Sala para Equipe técnica	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões, etc) • Recomenda-se que este espaço funcione em localização específica para a área administrativa / técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes.
Sala de coordenação / atividades administrativas	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas (área contábil / financeira, documental, logística, etc.). • Deve ter área reservada para guarda de prontuários das crianças e adolescentes, em condições de segurança e sigilo. • Recomenda-se que este espaço funcione em localização específica para a área administrativa / técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes.
Sala / espaço para reuniões	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço e mobiliário suficiente para a realização de reuniões de equipe e de atividades grupais com as famílias de origem.
<p>Observações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Toda infra-estrutura do abrigo institucional deverá oferecer acessibilidade para o atendimento de pessoas com deficiências. • Deverá ser disponibilizado meio de transporte que possibilite a realização de visitas domiciliares e reuniões com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos e da Rede de Serviços, na razão de um veículo para cada 20 crianças ou adolescentes acolhidos 	

Cômodo	Características
Quartos	<ul style="list-style-type: none"> • Nº recomendado de crianças / adolescentes por quarto: até 4 por quarto • Cada quarto deverá ter dimensão suficiente para acomodar as camas / berços / beliches dos usuários e para a guarda dos pertences pessoais de cada criança e adolescente de forma individualizada (armários, guarda-roupa, etc.). • Metragem sugerida: 2,25 m² para cada ocupante. Caso o ambiente de estudos seja organizado no próprio quarto, a dimensão dos mesmos deverão ser aumentadas para 3,25 m² para cada ocupante
Quarto para educador/cuidador residente	<ul style="list-style-type: none"> • Com metragem suficiente para acomodar cama (de solteiro ou de casal), e mobiliário para guarda de pertences pessoais.
Sala de Estar ou similar	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço suficiente para acomodar o número de crianças e adolescentes da Casa-Lar e os cuidadores/educadores residentes. • Metragem sugerida: 1,00 m² para cada ocupante. Ex: Casa-Lar para 10 crianças/adolescentes e 2 cuidadores/educadores: 12,0 m²
Sala de Jantar/copa	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço suficiente para acomodar o número de crianças e adolescentes da Casa Lar e os cuidadores/educadores. • Pode tratar-se de um cômodo independente, ou estar anexado a outro cômodo (p. ex. à sala de estar ou à cozinha) • Metragem sugerida: 1,00 m² para cada ocupante.

<p>Ambiente para Estudo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Poderá haver espaço exclusivo para esta finalidade ou, ainda, ser organizado em outro ambiente (quartos, copa) por meio de espaços suficientes e mobiliário adequado, quando o número de usuários não inviabilizar a realização da atividade de estudo/leitura.
<p>Banheiro</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Banheiros com 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para até 6 (seis) crianças e adolescentes. • Pelo menos 1 dos banheiros deverá ser adaptado a pessoas com deficiência⁹⁶. • 1 lavatório e 1 vaso sanitário e chuveiro para os cuidadores/educadores
<p>Cozinha</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores.
<p>Área de Serviço</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza e propiciar o cuidado com a higiene do abrigo, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o número de usuários atendido pelo equipamento.
<p>Área Externa (varanda, quintal, jardim, etc)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços que possibilitem o convívio e brincadeiras, evitando-se, todavia, a instalação de equipamentos que estejam fora do padrão socioeconômico da realidade de origem dos usuários, tais como piscinas, saunas, dentre outros, de forma a não dificultar a reintegração familiar dos mesmos. • Deve-se priorizar a utilização dos equipamentos públicos ou comunitários de lazer, esporte e cultura, proporcionando um maior convívio comunitário e incentivando a socialização dos usuários.

Espaços que deverão funcionar fora da casa lar, em área específica para atividades técnico-administrativas	
Sala para equipe técnica	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões, etc)
Sala de coordenação / atividades administrativas	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas (área contábil / financeira, documental, logística, etc). O espaço administrativo deve ter área reservada para guarda de prontuários das crianças e adolescentes, em condições de segurança e sigilo.
Sala/ espaço para reuniões	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço e mobiliário suficiente para a realização de reuniões de equipe e de atividades grupais com as famílias de origem.
<p>Observações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A infraestrutura da casa lar deverá oferecer acessibilidade para o atendimento a crianças e adolescentes com deficiências. • Deverá ser disponibilizado meio de transporte que possibilite a realização de visitas domiciliares e reuniões com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos e da Rede de Serviços, na razão de um veículo para cada 20 crianças ou adolescentes acolhidos ou até 3 casas-lares. 	

Infraestrutura e espaços mínimos sugeridos para casa-lar (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, 2009)

Cômodo	Características
Quartos	<ul style="list-style-type: none"> • Nº recomendado de jovens por quarto: até 4 por quarto • Cada quarto deverá ter dimensão suficiente para acomodar as camas / beliches dos usuários e para a guarda dos pertences pessoais de forma individualizada (armários, guarda-roupa, etc.).
Sala de estar/jantar ou similar	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários.
Banheiro	<ul style="list-style-type: none"> • 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para cada 6 usuários.
Cozinha	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários.
Área de Serviço	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza e propiciar o cuidado com a higiene da república, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o número de usuários atendido.

Infraestrutura e espaços mínimos sugeridos para repúblicas (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, 2009)